

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Antropologia e Arqueologia
Bacharelado em Antropologia
Antropologia Social e Cultural



Trabalho de Conclusão de Curso

Kaingang da Gyró:
Memória e Territorialização na Cidade de Pelotas

Andressa Santos Domingues

Pelotas – RS

2018

Andressa Santos Domingues

**Kaingang da Gyró: Memória e Territorialização na Cidade
Pelotas**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado no Instituto de Ciências
Humanas da UFPel do Curso de
Bacharelado em Antropologia.**

Orientador: Prof. Dr. Rogério Reus Gonçalves da Rosa

**Pelotas – RS
2018**

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

D671k Domingues, Andressa Santos

Kaingang da Gyró : memória e territorialização na cidade de Pelotas / Andressa Santos Domingues ; Rogério Reus Gonçalves da Rosa, orientador. — Pelotas, 2018.

70 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia - Antropologia Social e Cultural ou Arqueologia) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Etnologia indígena. 2. Kaingang. 3. Territorialização. 4. Gyró. 5. Pelotas. I. Rosa, Rogério Reus Gonçalves da, orient. II. Título.

CDD : 306

Agradecimentos

À minha Mãe, a mulher que me criou para o mundo, que me aconselha, apoia minhas decisões e que muito me segurou em momentos de incertezas. Tuas orações e a tua luz me deram forças para seguir essa jornada. Tua força me inspira.

Ao meu pai, que durante todo esse processo esteve comigo em pensamento, assim segurei firme para ser mais uma de suas alegrias em vida.

À querida amiga e professora Lori Altmann, por todos os conselhos, pelo apoio, pelas aulas que me tanto foram essenciais, pelas oportunidades e, principalmente, pela parceria que me proporcionaste, acreditando e embarcando junto nas ideias e projetos que construímos juntas. E que possamos fortalecer ainda mais essa parceria.

Ao meu orientador Rogério Rosa, pelas aulas que me motivaram e que foram o despertar para seguir por este caminho. Por acreditar neste trabalho, dividir seus saberes e experiências, juntos aos Kaingang, comigo.

Às amigas e aos amigos que encontrei nessa vida e que se tornaram parte da minha família em Pelotas, para a vida. Agradeço vocês por terem sido essenciais na minha estadia aqui.

À Laisa Salles Ribeiro, mestranda em Antropologia Social pela UFPel, e Sueli Krengre Cândido, mulheres Kaingang, pela tradução e revisão do *to vãme sĩ* (resumo). E à Juliana Nunes pela tradução em espanhol. Essa escolha é dedicada à valorização das línguas originárias dos povos latino-americanos.

Aos Kaingang da Gyró que me receberam, compartilharam suas histórias e seus projetos. E, por acreditarem nos seus ideais estarem aqui, trançando suas marcas. Com vocês aprendi sobre firmar as palavras ditas e por este aprendizado que lhes entrego o fruto de nossa parceria.

Agradeço a minha Abuela, guia e protetora, pela luz a cada caminho percorrido, pelos seres que encontrei e que em mim guardo com carinho.

[..] não se seca a raiz de quem tem sementes
espalhadas pela terra pra brotar.
não se apaga dos avós - rica memória
veia ancestral: rituais pra se lembrar
não se aparam largas asas
que o céu é liberdade.

Eliane Potiguara - Oração pela Libertação dos Povos Indígenas

Resumo

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como premissa apresentar, junto aos aportes teóricos-metodológicos interdisciplinares, a presença e o enraizamento das dezesseis famílias kaingang na cidade de Pelotas/RS. Pode-se dizer que a presença dos/as indígenas têm refletido e repercutido na região, considerando que o próprio nome do município remete a narrativas indígenas pouco manifestas.

Fato que, a partir da pesquisa de caráter etnológico e do uso do método etnográfico foi possível acompanhar a movimentação do grupo kaingang, vindos de Chapecó/SC, na situação de acampados (*wãre*), até o estabelecimento das mesmas na zona rural de Pelotas. O que se delineou no estudo parte de categorias empíricas, observadas em campo, que motivaram e guiaram os Kaingang do oeste catarinense até as proximidades da Lagoa dos Patos, no sul do Rio Grande do Sul, sendo possível vê-los trançar a cestaria com cipó e ouvir as narrativas sobre a passagem dos antigos nesse território.

Diante dessas noções, busca-se descrever e analisar a situação sociopolítica e territorial dos indígenas na cidade de tradição doceira, como um esforço de registro e reflexão das dimensões eco-lógicas que permeiam o seu modo de vida, frente às transformações temporais da sociedade.

Palavras-chave: Etnologia Indígena, Kaingang, Territorialização, Gyró, Pelotas

TO VĀME SĪ

Inh sý cursu han jē tag kar ke to inh rānhrāj vē tag ti, to sa vēnhkanhrān ge e' ěn ven sór vē, kar kanhgág tỹ dezesseis ke ag tỹ ag kanhkā ag mré fóg ag ěmā mág tỹ Pelotas/RS ke mū tag ki nýtī ěn ag ta ki krýgkrý ke kýt ki ěmān kýt nýtī ěn ag to ke vē gé, tag tũgnīn fóg ag ěmā mág tag mī ke ag tóg ag to vāme han tag mī, mré ag pi ag kāme ũ kinhra nýtī gé. Kýt pesquisa tag hā tũgnīn vỹ kanhgág ag tỹ Chapecó/ SC tá nýtī kýt tag ra kāmū kýt ki vāre kýt nýtij fā ěn ti tóg ve há ke mū, Pelotas pénīn. Tag to kykrén kýt vēnhrá tag tóg ag ta tā mī mū ja ěn mré ag pāvānh ja ěn mī kātīg kýt nī gé, kanhgág ag tỹ fóg ag ěmā mág tỹ Lagoa dos Patos ke mū tá junjun ja ěn ti. Ve há tóg tī ser ag vāgfy ti kar ag tỹ ti si ag tỹ ga to nén ũ kāminmén fā ěn tugtó mān ti. Tag ve kýt sóg nón rán kar nīgjāg sór mū, hēren kýt ag ga to vāsānsān sór mū ti ta tỹ ag tũ nýtj jé ser fóg ag ěmā tag kāki, jagy tó tī mýr nén tóg kurā kar ki tỹ ũ ké ke nýt uri ěg pénīn.

To vēnhrá pē: kanhgág ag kanhró, Kaingang, ga tỹ vē sūn, Gyró, Pelotas

Resumén

Este Trabajo de Conclusión de Curso tiene como prioridad presentar, junto a sus aportes teóricos y metodológicos, interdisciplinarios, la presencia y el enraizamiento de las dieciséis familias Kaingang en la ciudad de Pelotas/RS. Se puede decir que la presencia de esos indígenas ha reflexivo y repercutido en la región, considerando que el propio nombre del municipio remite a los nativos indígenas se ha poco manifestado.

Tal facto, a partir de la investigación de carácter etnológico y del uso metodológico de la etnografía fue posible acompañar la movida del grupo Kaingang de la ciudad de Chapecó/SC en condición de acampados (wãre) hasta el establecimiento de los mismos en la zona rural de Pelotas. O que se delineó en el estudio parte de categorías empíricas, observadas en el campo, que motivaron y guiaron a los Kaingang del oeste catarinense hasta las cercanías de la Lagoa dos Patos, en el sur de Rio Grande do Sul, siendo posible verlos trenzado la cestería con cipó y escuchar las narrativas sobre el paso de los ancestros por esse território.

Ante estas nociones, se busca describir y analizar la situación sociopolítica y territorial de los indígenas en la ciudad de tradición dulceira como un esfuerzo de registro y reflexión de las dimensiones ecológicas que permean su manera de viver, frente a las transformaciones temporales de la sociedad.

Palabras-clave: Etnología Indígena, Kaingang, Territorialización, Gyró, Pelotas.

Lista de Imagens

Imagem 01 - Mapa de satélite Pelotas e Lagoa dos Patos.....	13
Imagem 02 - Iraí - Pelotas e meia volta.....	28
Imagem 03 - Decreto Municipal nº 5.932.....	32
Imagem 04 - Percurso Rodoviária - Colônia Santa Eulália.....	33
Imagem 05 - Caminho BR 392 - Aldeia Gyró.....	34
Imagem 06 - Localização da R.I. Condá em Chapecó/SC.....	44
Imagem 07 - Entrada da Gyró.....	48
Imagem 08 - Caixas d'água.....	49
Imagem 09 - Caminhos no rural.....	50
Imagem 10 - Arroio Gyró.....	51
Imagem 11 - Termo de comprometimento.....	53
Imagem 12 - A Gyró.....	54
Imagem 13 - O cesto da Dona Helena.....	57
Imagem 14 - Pontos de vendas artesanais.....	59

Sumário

1	Introdução.....	11
1.1	A Pelota(s) indígena.....	11
1.2	Tra(n)çando uma etnografia.....	15
1.2.2	Abertura de campo.....	21
1.2.3	Aportes teórico-metodológicos.....	22
1.3	Da organização de tópicos.....	24
2	Capítulo I.....	26
2.1	Passo à traço.....	26
2.2	O mito é político: renovando os antepassados.....	35
2.3	Passe dos índios.....	39
2.4	Antes de Pelotas foi Nonoai e Condá.....	43
3	Capítulo II	48
3.1	Gyró, uma pelota de barro.....	48
3.2	Moradores da Gyró.....	55
3.3	Um pé lá, outro cá.....	56
4	Considerações finais.....	61
5	Referências	63
6	Anexos.....	66
6.1	Anexo A: Documento Câmara de Vereadores, fev.,2018.....	67

1. INTRODUÇÃO

1.1 A Pelota(s) indígena

Quem se dirige do centro de Pelotas/RS em direção à Rodoviária depara-se com um monumento representativo da história e da origem que a cidade narra de si em uma movimentada rótula de veículos que se esparramam pelos diferentes bairros da urbe. Enfim, nessa rótula, pode-se ver a estátua de uma indígena fazendo a travessia de um rio em uma embarcação feita de couro, essa puxada através de uma tira presa à boca de um homem que nada. A obra da artista plástica Luciane Corrêa, denominada “A Pelota”, foi inaugurada em abril de 2014¹, tendo como nome A Embarcação, que também nomeia o rio Pelotas e a própria cidade.

Aquele/a que cruzasse a rótula, que liga duas das principais avenidas centrais da cidade, a Avenida Presidente João Goulart e a Avenida Bento Gonçalves, entre novembro de 2015 e junho de 2016, deparar-se-ia, ao lado direito da BR 293, na Av. João Goulart, com um grupo indígena Kaingang acampado.

Um tanto emblemático, enquanto um dos pórticos da cidade, o monumento está fixado em uma encruzilhada. Local de grande circulação de automóveis, pessoas e energias. Dentre as religiosidades africanas – no caso da linha cruzada da Umbanda, da Gira ou do Batuque –, uma encruzilhada é local de constante fluxo energético, pois possui uma pluralidade de caminhos não fixos, ou nômades, que se pode percorrer em um dado deslocamento. Para as religiões de matriz afro, então, essa pluralidade designa um “patrimônio simbólico” (AVILA, 2011).

No contexto de formação da cidade, a presença negra fez-se, principalmente, diante do sistema das manufatura escravista, que caracteriza a produção charqueadora na metade Sul do Rio Grande do Sul / Brasil, com utilização de mão de obra negra escravizada. Entretanto, ao longo de toda a formação sociocultural no território português espanhol, utilizava-se tanto de mão-de-obra negra quanto indígena. De um lado, Caiuá Al-Alam nos mostra que para os/as negros/as,

¹ Conforme o Jornal Diário da Manhã. Disponível em: <<http://diariodamanhapelotas.com.br/site/rotary-club-oferece-monumento-a-pelotas/>>. Acesso em: 21. set. 2018.

A religião foi fator fundamental para a coletivização de interesses da população negra [...]. O batuque sociabilizava a população negra, agregava valores e estratégias de sobrevivência, que eram forjadas na região: havia uma conexão dos saberes e práticas religiosas. (2014: 58).

Por outro lado, existem registros arqueológicos que remontam há 2.500 anos a presença indígena em Pelotas, identificados por meio da presença de sítios arqueológicos Guarani e cerritos, esses vinculados a ancestrais ocupações Charrua e Minuano (MILHEIRA, 2011).

A expansão colonial gerou diversos processos sociais, que teve como um de seus efeitos a dispersão de grupos indígenas “que sofreram a este processo de violência étnica passaram a engrossar a massa de pobreza da cidade de Pelotas, somando-se a homens livres, negros fugidos e alforriados.” (MILHEIRA, 2014: 36).

Nesse contexto, ao longo da ocupação colonial ao território no entorno da Lagoa dos Patos, é possível identificar registros sobre a embarcação de couro, utilizada em travessias de crianças, alimentos e mercadorias, por pequenas extensões aquáticas, como arroios e canais, identificada na região Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Usada com frequência no Arroio Pelotas, a pelota acabou sendo incorporada em algumas práticas no apogeu das Charqueadas, constituindo-se parte histórica do município.

Imagem 01: Mapa de satélite Pelotas e Lagoa dos Patos



Fonte: Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Biodiversidade e Floresta (SBF), out. 2018.

O que se encontra nos registros históricos da cidade sobre o uso da embarcação de tempos anteriores à sua fundação, em 1835, trata-se de:

[...] o mais antigo documento relacionado à história da cidade: em 1758 a carta de sesmaria outorgada por Gomes Freire de Andrade ao coronel Tomás Luís Osório já menciona, como um dos limites daquela área de cinco léguas quadradas, o arroio Pelotas, nome derivado das embarcações de couro utilizadas na sua travessia. (LONER; GILL; MAGALHAES, 2017: 15)

Difundida entre os povos indígenas, a pelota também servia enquanto alternativa de travessia do Chaco² argentino por grupos patagônicos, como os Abipón, como mostra o trecho abaixo, descrito pela historiadora Elaine Smaniotto:

Os Abipón, quando temiam o ataque de alguma expedição criolla punitiva, rapidamente saíam com suas famílias. Transportavam seus bens em redes e bolsas de fibras de caraguatá, confeccionadas pelas mulheres da tribo. Carregavam na pelota pessoas e cargas, quando cruzavam os rios menores. Nos grandes, o homem nadador levava em uma mão a corda de caraguatá amarrada na pelota e com a outra mão segurava o rabo do cavalo que nadava na frente. (SMANIOTTO, 2003:71)

Smaniotto (2003) descreve práticas sociais deste grupo, do grupo linguístico Guaicuru³. Os Abipón mantinham suas práticas de caça, pesca e coleta pela recorrente movimentação dos grupos entre Santa Fé, Andes, Potosí e, também, pelas Missões Guaraníticas de San Jeronimo, San Fernando e Timbó do Rosário, desde 1747. (SMANIOTTO, 2003: 35-69).

O que se sabe é a incerteza da origem da pelota. Tão importante quanto, hoje, esse monumento, fixado na entrada da cidade, possui um valor simbólico e de resgate de uma lacuna histórica. Assim, a grande movimentação no entorno da Rodoviária garantia a visibilidade das famílias Kaingang, povo indígena vinculado ao tronco linguístico Macro-Jê, para quem por ali passava.

Logo após a rótula, encontrava-se o local em que o grupo acampou à beira da BR 293. Em novembro de 2015, chegaram, juntas, dezesseis famílias, em um número de 56 pessoas – entre elas, crianças de colo, mulheres grávidas e idosos –, vindas da cidade de Chapecó/SC. No local, armaram barracos de lonas pretas como moradias provisórias e tendas para a exposição de seus artesanatos (arcos, filtros dos sonhos, colares de sementes e cestarias).

Ao redor, o poluído canal Santa Bárbara e o mato alto, cheio de mamona (*Ricinus communis*). A mamona é uma planta que produz a proteína de ricina, substância tóxica quando ingerida. Brotam em locais que indicam solo contaminado ou degradado. Do mesmo modo, os Kaingang organizaram-se e resistiram nesse espaço, entre a interlocução com o município para assistência básica de saúde e a

² O Chaco é uma extensão territorial que compreende a Argentina, Paraguai, Bolívia e Brasil. “Geograficamente, limita-se ao sul com os pampas, a oeste com as serras subandinas e pampeanas, a noroeste com o planalto de Chiquitos e Velasco e a leste com os rios Paraguai e Paraná e o planalto Meridional Brasileiro”. (SMANIOTTO, 2003: 54).

³ Além dos Abipón, grupos como os Mocovi, os Toba, os Pilagá, os Payaguá e os Mbayá. (SMANIOTTO, 2003: 65).

venda de seu artesanato, nesse caso enquanto um meio de subsistência, como se dedicam a fazer todos os meses do ano.

De forma simples, pode-se dizer que os Kaingang, organizam-se socialmente em um sistema de metades exogâmicas (LÉVI-STRAUSS, 1967). Essas metades, que em certa medida se opõem e se complementam, têm como mito de origem os irmãos *Kamé* (personificação do Sol) e *Kañerú* (personificação da Lua). Curt Nimuendajú (1883-1945), etnólogo alemão naturalizado brasileiro, que viveu mais de quarenta anos entre grupos indígenas, foi um dos primeiros a registrar a forma dualista da vida Kaingang.

Segundo a versão do mito de origem descrita por Nimuendajú, os primeiros Kaingang surgiram do chão, na Serra do Sertão de Guarapuava. Para os Kaingang, jaguar, cobras, onças e demais seres também perpassam todo o sistema dual: carregam valores a ele associados às suas fisionomias ou expressões psicossociais. Características como forte/fraco, alto/baixo, impetuoso/persistente estão intimamente ligados aos rituais ancestrais desse povo. De acordo com Nimuendajú (GONÇALVES, 1993), a comunicação dos rezadores, *kujá*, para com os animais (espíritos-auxiliares, *jagrê*) podem se manifestar pelo sonho.

Cabe o registro, aqui, que estamos nos referindo à 3ª maior etnia no território brasileiro, com mais de 45.600 indígenas, situados entre os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em 32 terras indígenas registradas até o ano de 2003 pela Funai. Portanto, tentaremos trazer, o máximo possível, aproximação de dados para análise deste caso.

1.2 Tra(n)çando uma etnografia

A vinda dos Kaingang à cidade de Pelotas deu-se concomitante ao início do meu trabalho no Núcleo de Etnologia Ameríndia (NETA), coordenado pelo Prof. Dr. Rogério Reus Gonçalves da Rosa e pela Profa. Dra. Lori Altmann, vinculado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Minha participação no NETA foi se delineando ao decorrer do ano de 2016, sendo, nesse mesmo período, contemplada com uma bolsa de extensão no Projeto

“Temática Indígena na Escola: diversidade de saberes”⁴, coordenado pela Profa. Lori Altmann.

No fim do verão de 2016, a partir da iniciativa dos/as professores vinculados ao NETA, fomos ao encontro das famílias Kaingang, assentadas no quilômetro 94 da BR 392, na Colônia Santa Eulália, zona rural do município de Pelotas/RS, pouco tempo após a transferência desses indígenas para o novo local. O intuito dessa visita foi para ouvi-los e propor uma parceria, em vista dos desafios a serem enfrentados pelas famílias recém-chegadas.

Nesse dia, tivemos uma longa conversa sobre o contexto que originou, dessa vez, a vinda dos Kaingang para o sul do RS. Ficou estabelecida a combinação de uma parceria de novos encontros em busca do atendimento de suas demandas frente os órgãos públicos, pois havia cerca de dois meses que estavam na Colônia, vivendo em barracos de lona.

Passado esse dia, tivemos mais encontros agora nas dependências do NETA na Universidade Federal de Pelotas, afinando as nossas relações. Já as motivações pelas quais me dediquei a transcrevê-la aqui, veio de tantos outros encontros, espaçados e de longas conversas tranquilas que estabeleci com as lideranças dessa comunidade Pedro Salvador e Alcir Salvador. Nossas conversas me sensibilizaram e me motivaram a realizar essa pesquisa que deu origem a esse Trabalho de Conclusão de Curso.

Da mesma forma que os procurava para aprender com eles, os Kaingang sentiram de compartilhar suas histórias e as histórias de seus antepassados. Assim, durante o período de um pouco mais de um ano e meio de campo intercalado, os Kaingang sempre falaram que eles “iriam me ajudar”, para que pudesse ser registrado a sua história em Pelotas.

Tendo o apoio do NETA e dos professores coordenadores, pude acompanhar e registrar os passos dos Kaingang pelo município. Partindo de observação participante (WHYTE, 2005), muitos encontros e conversas semeadas antes de brotar o fruto. O trabalho de campo ocorreu tanto fora – em praças públicas e

⁴ Neste projeto tive a oportunidade de me dedicar e me aproximar mais dos estudos de Etnologia Ameríndia, além de participar da formação que o projeto oferece. A formação é um espaço em que, os e as docentes da UFPel compartilham suas experiências acerca dos Povos Indígenas do Brasil - seus saberes e as diferentes maneiras de ver e sentir o mundo -, com outros professores e professoras de instituições de ensino da rede municipal de Pelotas.

calçadas de Pelotas, além de reuniões no Ministério Público Federal (MPF) com sede nessa cidade -, quanto dentro da aldeia Gyró.

Dos momentos de pesquisa na aldeia, boa parte do campo fiz sozinha, encontrando em algumas situações os/as representantes dos órgãos públicos, como Secretaria da Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação, entre outras. No evento de inauguração da Unidade Básica de Saúde (UBS), junto com os professores coordenadores do NETA, pude ver a organização dos Kaingang e da Prefeitura Municipal, essa atendendo a uma convocação do Ministério Público Federal.

Outros momentos da pesquisa junto aos Kaingang da Gyró, agora realizada na cidade, pude acompanhar as reivindicações desses no MPF, bem como reuniões no NETA, na UCPel e na Cáritas, além de apresentações do grupo de dança em escolas da cidade, por exemplo, no Instituto Nossa Senhora da Conceição, em abril de 2018.

Do outro lado da pesquisa, os aportes teórico-metodológicos foram subsidiados a partir das disciplinas como: Etnologia Ameríndia I e II; Mitologia e Ritual; Temática Indígena na Escola; Laudos, Relatórios Técnicos e Perícias, Patrimônio Cultural; Antropologia da Religião; Antropologia e Meio Ambiente, etc., que realizei junto ao Bacharelado em Antropologia, bem como por meio da leitura dos textos vinculados ao Grupo de Estudos Intelectuais e Epistemologias Ameríndias: Um saber intercultural em foco, nos anos de 2017 e 2018⁵, grupo esse coordenado pelo orientador desse TCC.

Apresentei aqui um pouco da trajetória institucional que percorri, me dedicando a conhecer os Kaingang da Gyró logo que afinamos nossa parceria e que durante o período em que me dediquei para esse trabalho, o curso de Bacharelado em Antropologia proporcionou para mim oportunidades de ter como educadores/as não indígenas, dedicados/as à causa quanto indígenas, que descreverei a seguir.

⁵ No Grupo de Estudos Intelectuais e Epistemologias Ameríndias (NETA-UFPel), desde o ano de 2017, nos dedicamos a ler Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado escritas exclusivamente por indígenas de diversas áreas do conhecimento (tais como Matemática, Linguística, Educação Intercultural Indígena, Enfermagem, Astronomia, etc.), estudantes esses vinculados a diversos programas de ações afirmativas das Universidades Federais Brasileiras.

Principalmente entre os anos de 2017 e 2018, alguns eventos foram de tamanha importância para (re)pensar o fazer antropológico e o meu papel no campo da Etnologia Indígena/Indigenista. (ELOY AMADO, 2014; BENITES, 2015).

Discussão bastante revisitada com fins de distinguir o que é feito por indígenas para indígenas e, o que é feito por não indígenas pensando indígenas. Diante de um campo em que temos uma diversidade de indígenas em atuação, penso que se faz necessária essa distinção ao pautar estudos etnológicos também, mesmo que a etnologia se trate de uma formação, na sua maioria, institucionalmente posta por profissionais não indígenas.

Faço esse apontamento pensando nos e nas profissionais que encontrei e aprendi durante esses quatro anos de Graduação em Antropologia, e que levantaram, vez ou outra, essas discussões pensando na diversidade de pessoas que têm acesso às universidades federais por meio das cotas étnico-raciais. Assim descrevo, então, algumas dessas experiências e pessoas com as quais me deparei.

Dentre as experiências vivenciadas, segui em direção ao Distrito Federal. Meu pouso foi no Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 50 km distante do Distrito Federal, mais especificamente em Luziânia. Três semanas imersa nas acomodações do CIMI, três semanas de muito conteúdo indígena e indigenista, uma troca de experiências com quase 40 pessoas de todo o Brasil.

Tratou-se da segunda edição do curso de *Histórias e Culturas Indígenas*, ofertado pela Universidade de Integração Latino-Americana (Unila), em julho de 2017. Para além dessa imersão, um grupo pequeno de colegas do curso e eu, tivemos a oportunidade de conhecer o Santuário dos Pajés. Localizado no setor noroeste de Brasília, no Santuário resistem indígenas das etnias Kariri Xocó, os Guajajara, o Tuxá e os Fulni-Ô Tapuya. Lá, com o grupo do curso, passamos uma noite junto aos Kariri Xocó que lá residem, ritualizando o *Toré*⁶.

Das pessoas envolvidas nesta imersão, muitas de longos caminharos na luta por direitos humanos como: Clóvis Brighenti (História - Unila); Cleber Buzatto (Secretário Executivo - CIMI); Egon Heck (Secretário Nacional - CIMI); Saulo

⁶ Narro e significo o ritual a partir de minha própria vivência, do que vi e ouvi, junto aos Kariri Xocó a seguir. O Toré iniciou-se com um assobio forte e alto. Logo, batidas firmes dos pés descalços no chão batido, uma voz vibrante e alta, em cântico, ao chacoalhar do maracá. Foram abrindo espaço, se aproximando da fogueira e o tom da voz cada vez mais intensa. Mas dança se sobressai, não reduzindo o canto, as batidas dos pés guiam o ritmo, sempre circular. O Toré é resistência e ancestralidade de povos da região do nordeste do Brasil, como para os Kariri-Xocó, Xucuru-Kariri, Pankararu, Tupinambá e Pataxó-Hãhãhãe.

Feitosa (Bioética - UnB), bem como sementinhas recém brotando, como eu. No curso, tivemos um professor que para mim foi inusitado por se tratar de um curso, prioritariamente, de estudos indigenistas: Luiz Henrique Eloy (Terena/ MS), advogado da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e doutorando em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ). Um pouco mais de um ano passado, o reencontrei em Pelotas.

Na vinda de Eloy, em julho de 2018, para o evento “Povos Indígenas e Direito”, além das trocas realizadas durante uma semana na UFPel⁷, também pude presenciar o encontro desse Terena junto aos Kaingang, na Aldeia Indígena Gyró. Um encontro muito especial e essencial em que, além de assessoria jurídica frente às políticas públicas que envolvem as demandas da Gyró, o diálogo entre parentes serviu para motivar e fortalecer as lutas indígenas dos Kaingang, principalmente a nível local.

Uma segunda estrada que percorri, e recentemente, em outubro de 2018, foi até o Mato Grosso do Sul, para o Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (Enei). O convite para a viagem foi feito pela primeira indígena mestre em antropologia da UFPel, Kauwá Apurinã, que prontamente aceitei.

O encontro ocorreu na Aldeia Jaguapiri em Dourados/MS, onde vivem as etnias Guarani, Kaiowá e Terena, em outubro de 2018. A imersão começou logo nas vinte e seis horas de viagem juntos aos estudantes Kaingang da Universidade Federal de Rio Grande (FURG), da UFPel e servidoras da UFPel.

Sobre o Enei, o que se destaca são todas as ações de resistências que os/as indígenas graduandos/as, as lideranças jovens, os caciques, o Pajé Kaiowá, a liderança espiritual Guarani, guerreiras como Valdelice Veron (Kaiowá/MS), o antropólogo Tônico Benites (Kaiowá/MS), têm feito na conjuntura atual, bem como o próprio Encontro dentro da aldeia.

Assim, em pleno período eleitoral do ano de 2018, pude presenciar e participar dessa união no Enei, em que se experienciaram diálogos, conselhos internos entre as lideranças e trocas interétnicas entre indígenas, não indígenas e negras/os presentes no evento, sendo o evento realizado no Estado com um índice alto de violência contra os Povos Indígenas no país.

⁷ O recebemos em outras atividades coordenadas pelo o NETA-UFPel, como a 3^o edição da Mostra de Filmes Etnográficos, coordenado pela Profa. Lori Altmann e no curso de extensão: O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil.

A terceira experiência que tive e gostaria de mencionar é a vinda de Mbyá-Guarani para a Pelotas, poucas semanas antes de transcrevê-la neste trabalho, em novembro. A passagem da família da liderança Vherá Poty por Pelotas, foi em vista do evento de abertura da exposição fotográfica chamado “Seminário Guarani Mbyá: ações e experiências contemporâneas”, realizada entre 15 aldeias Guarani Mbyá no Rio Grande do Sul, em parceria com o fotógrafo Danilo Christidis. A cito pois a curta estadia da família de Vherá, aqui, me foi de grande aprendizagem pessoal.

De todas as palavras ditas acima por Vherá Poty, um momento que foi extremamente significativo foi quando Vherá falou sobre contar com amigos para que a pesquisa seja deveras efetiva. O que remeteu a uma reunião, em março de 2017, da qual participei na Universidade Católica de Pelotas (UCPel), em que Alcir Salvador disse:

O índio velho não esqueceu... É o pequeno grão que ela tem que plantar. Eu tô pedindo para que vocês possam me ajudar, me apoiar... Não resolver os meus problemas... Acompanhar na luta, se envolver na minha andança.... Dentro da minha comunidade. (Mar. 2018).

Diante dessas experiências, a semente tem brotado e essas reflexões e parcerias fazem parte do processo de minha (trans)formação frente ao campo antropológico. O traçado das questões apresentadas aqui, são a continuidade de um pouco mais de um ano re-aprendendo, não somente, mas também com os indígenas. Além dessas experiências terem tecido minha trajetória na Antropologia, incentivaram o trabalho que tenho exercido com os Kaingang da Gyró.

1.2.1 Abertura de campo

Ao longo de minha vivência junto com os Kaingang, três figuras foram as que mantive maior contato: Alcir Salvador, *Kamé*, segundo cacique. Alcir foi, de fato, o primeiro indígena do qual me aproximei. Inclusive foi a partir de nossos encontros que pude conhecer e trabalhar junto à aldeia; Elza Salvador, *Kairú*, companheira do cacique Pedro. A mulher que, ao longo da escrita do TCC, destala as taquaras, produzindo seus artesanatos. Com Elza pude entender as sutilezas de seu povo e a fortaleza que são essas pessoas; Pedro Salvador, *Kamé*, cacique da aldeia, um líder que calmamente se dispôs a me narrar os passos dos seus ancestrais.

No decorrer do texto citarei também outras pessoas que se fizeram presentes em minhas visitas ou encontros casuais na cidade. Assim como, sempre que se fez necessário, as vozes de todos/as eles/as ao narrar situações pertinentes ao tema, aparecerão no trabalho de forma não linear, junto às anotações de diário de campo e reflexões teórico-metodológicas, compondo o conteúdo descrito.

Lembro que em pleno verão de 2017, cheguei na aldeia e a Gyró parecia vazia. Fui descendo em direção ao arroio, me direcionando ao espaço em frente à casa do cacique e lá estavam os Kaingang. Estavam em torno de dez homens, alguns de pé, outros sentados, formando um grande círculo, em reunião. Havia algumas mulheres e crianças junto a eles. contei em quatro delas, apenas uma “dentro” do círculo, destalando taquara, e as outras entre cuidar crianças de colo e trançar filtros dos sonhos ao redor.

A conversa dos/as moradores/as da aldeia dava-se na língua Kaingang. Aproximei-me e cumprimentei Alcir. Não queria atrapalhar a reunião. Vi uma moça sentada na grama e me sentei junto a ela. Atenta à conversa, a maior parte do tempo eram os homens que falavam. Mas a mulher que destalava a taquara, mesmo que de primeiro momento parecendo distraída, participava ativamente da reunião, deixando evidente seu ponto de vista.

Um pouco depois que a conversa encerrou, Alcir então me chamou para apresentar as outras duas lideranças, o Pedro Salvador e seu filho Marcos Salvador – um jovem, que mais observava o posicionamento do cacique e seu vice. Outra pessoa que me foi apresentada foi Elza, a companheira de Pedro, a mulher que destalava a taquara.

Alcir me apresentou como a “estudante de Antropologia”, comentando sobre o trabalho que faríamos, que se desdobraria em registrar o que fosse possível junto à comunidade. Naquela tarde, conversamos, os Kaingang e eu, sobre o que poderíamos fazer e a ideia inicial, que eles indicavam, era de escrever passo a passo da chegada das famílias em novembro de 2015, como consta neste trabalho.

Desde então, assim como eles, me dispus a escutá-los, mencionando alguns limites enquanto estudante de graduação, mas não limitei os meus ouvidos a nenhuma questão inicial que a Antropologia pudesse versar. Deixei o campo me conduzir até amadurecer questões sensíveis ao trabalho, que despertaram ao longo da graduação e, sempre que possível, estava presente para escutá-los.

1.2.2 Aportes teóricos-metodológicos

Frente aos encontros com os Kaingang da Gyró, entre conversas e compromissos firmados durante a realização do campo, a pesquisa que apresento delineou-se com enfoque em “Relações Interétnicas, Etnicidade e Território”, tendo como grandes contribuições: Kimiye Tommasino (1995, 1998, 2000, 2002) e seus estudos sobre noções de temporalidade e território Kaingang frente à disputa interétnica, política e questões socioculturais. Trabalho que resultou em identificação e delimitação de terras da Reserva Indígena de Condá (R.I. Condá), em Chapecó/SC; Frederick Barth (1998), que nos subsidia com apontamentos pertinentes para se pensar em fronteiras étnicas e etnicidade; João Pacheco de Oliveira (1998), discutindo dimensões de territorialização dos Povos Indígenas no Brasil; Daniel Munduruku (2012), e os diferentes momentos históricos do Movimento Indígena como nos anos de 1970 e o surgimento das Assembléias Indígenas, em 1980 e a promulgação da Constituição de 1988 como um marco histórico para povos tradicionais no Brasil e o Movimento Indígena ganhando forças e em 1990 com mudanças significativas em políticas públicas indigenistas, como a demarcação das terras e projetos de formação de profissionais indígenas; Alexandre Aquino (2014, 2016), também contribuindo com pesquisas sobre contextos de ocupação e territorialização Kaingang no Morro do Osso em Porto Alegre, enfatizando conceitos êmicos deste universo.

O trabalho, então, vincula-se ao Projeto de Pesquisa “Etnologia Ameríndia e Mitologia: uma análise sobre a diversidade religiosa, as relações interétnicas e as políticas públicas do ponto de vista dos povos autóctones na América Latina, na América e noutras partes do mundo”, sob coordenação do Prof. Dr. Rogério Rosa (NETA - UFPel).

Desse modo, a pesquisa tem como objetivo geral tecer, a partir do método etnográfico (NIMUENDAJÚ, 1993; OLIVEIRA, 2006; ECKERT & ROCHA, 2008; CARVALHO, 2014; KOPENAWA & ALBERT, 2015) o caminho percorrido pelos Kaingang, enquanto um movimento de territorialização (FREITAS, 2005; OLIVEIRA, 1998) em Pelotas, indissociável de suas memórias míticas. (LÉVI-STRAUSS, 1996; ROSA, 1998; GLOWCZEWSKI, 2015) e dos trajetos de seus antepassados (ROSA, 1998; TOMMASINO, 1995; AQUINO, 2016) que os acompanham.

A pesquisa se pôs ao propósito de manter um comprometimento de retorno aos Kaingang da Gyró, que aconteceu enquanto uma troca mútua. As e os protagonistas da pesquisa abriram não apenas os caminhos para a realização deste TCC, como também foram pacientes e dispuseram-se a me ajudar/me ensinar, para tal finalidade. Ao mesmo tempo, tem sido um aprendizado acadêmico, pessoal e profissional, em que me dedico e significo minha formação em Antropologia Social e Cultural.

Posto isso, a pesquisa justifica-se enquanto um comprometimento do registro da trajetória Kaingang no município de Pelotas, frente ao território e os ordenamentos míticos que o compreende, partindo das demandas de políticas públicas dos indígenas da Gyró, no período em questão. Entende-se que os elementos idiossincráticos observados em campo fundamentam as reflexões a seguir, de acordo com as dinâmicas dos Kaingang contemporâneos.

A partir disso, os objetivos específicos que têm se delineado com um viés qualitativo nesta pesquisa partem do mapeamento dos locais de ocupação das famílias Kaingang em Pelotas/RS, de modo que auxilie na compreensão do processo de territorialização dessa comunidade na cidade, junto ao levantamento de dados das famílias.

A metodologia utilizada neste trabalho consistiu, então, na compilação das narrativas das/os interlocutores durante os trabalhos de campo, registradas em forma de diários, gravações e registros fotográficos. Após essa etapa, procurei identificar, a partir dessas narrativas sobre a memória e a mitologia dos ancestrais, os elementos e os aspectos da sociabilidade e territorialização Kaingang, para entender o agora a partir do antes.

1.3 Da organização de tópicos

A pesquisa está estruturada em composições de um todo, em uma perspectiva de tempo Kaingang em que se percorre entre o tempo dos antigos/*vãsy* e o tempo atual/*ürí*. (TOMMASINO, 1995; ROSA, 1998; AQUINO, 2016). A ver, a temporalidade Kaingang se dá entre diferentes noções de espaço-tempo, mas que coexistem e sintonizam-se. (ROSA, 1998).

Da introdução, um breve lembrar indígena na cidade a partir do próprio nome antes de me deter no traçar das famílias Kaingang da Gyró, descrevendo o traçado que liga o cesto à tampa.

Assim, penso o Primeiro Capítulo enquanto o tempo mais antigo, ou dos antigos. *vãsy*, buscando a (re)composição das memórias e trajetos dos Kaingang na região Sul do Brasil. Nele soam as lembranças sopradas pelos/as interlocutores e pelas interlocutoras dessa etnografia e que, junto à eles/as, continuam traçando seus passos na cidade de Pelotas.

O Segundo Capítulo é a continuidade dos passos Kaingang (*ürri*) entorno da Lagoa dos Patos. Aqui ficará explicitado o tra(n)çar dos passos das famílias em Pelotas. Apresentarei o que tem se (trans)formado a partir de sua chegada no município, como se o tra(n)çar que me referencio formasse um cesto, como aquele traçado pelas mãos da comunidade, mas não pensando em sua finalização.

Por fim, as Considerações Finais dialogam a partir do eco da presença indígena na região da Lagoa dos Patos, desde os tempos *vãsy*.

2. CAPÍTULO I

2.1 Passo à traço

Conforme registros históricos, no ano de 1814, em Pelotas, o número de indígenas somava-se em 105 pessoas (4,3% da população), não especificados por etnia. Em contraste com a população negra, separada por “libertos” (232 - 9,6%) e “escravos” (1.226 - 50,7%), e a população branca, de 712 pessoas, totalizando 29,4%. (JORGE ASSUMPÇÃO, 1995: 27).

Já última pesquisa publicada pelo Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE), de 2010, apontou a densidade demográfica em 328.275 habitantes e, dentre este número, 317 pessoas se autodeclararam indígenas, apenas 0,96% da população. Contudo, estudos arqueológicos comprovam a ocupação milenar por grupos indígenas ao longo da Lagoa dos Patos e na Serra do Sudeste. (MILHEIRA, 2011).

Existem diversos fatores que contribuem na dispersão histórica desses dados. Por um lado, a circulação indígena é constante, dada de maneiras diferentes por cada povo no Brasil. Por outro lado, a perseguição colonial e os vários confrontos entre indígenas e não-indígenas, gera inúmeras formas de defesa cultural, bem como a assimilação e o encobrimento de identidades étnico-raciais, frente ao outro, tornando difícil quantificar a presença desses grupos. (MILHEIRA, 2014).

No caso Kaingang, as motivações para deslocarem-se até Pelotas, perpassam as relações interétnicas. Entre as causas, o cacique e vice-cacique mencionam, também, narrativas míticas e trazem a memórias de seus ancestrais. (AQUINO, 2016).

Tratando-se da Gyró, a interlocução com a comunidade deu-se principalmente pelo cacique Pedro Salvador, vice-cacique, Alcir Salvador, e o comandante, Marcos Salvador. De acordo com o grupo, suas narrativas são compostas por figuras ancestrais e pela categoria êmica “sonho”. Tal categoria, analisada pelo viés da Antropologia, remete à sua *emã* – aldeia tradicional (TOMMASINO, 1995: 73). Nesse sentido, a fala de Alcir Salvador conta que “a visão era pra tocar pra frente... pra renovar os antepassados” (Verão de 2017).

Ao longo do tempo, a visibilidade do grupo de Kaingang na beira da BR-293 a frente da Rodoviária de Pelotas foi-se fazendo maior. Encerrava-se, naquele ano, o mandato do então prefeito Eduardo Leite e da vice-prefeita Paula Mascarenhas (PSDB 2014-2016) – candidata à Prefeitura do ano seguinte. Mas a gestão ainda teria um desafio pela frente: reconhecer e acolher o grupo indígena recém chegado à cidade.

A principal preocupação dava-se em vista do local onde a comunidade estava acampada. Além das péssimas condições à beira da estrada rodovia asfáltica, a área é de responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT), que cogitava o despejo das famílias, ou até mesmo recursos para o retorno das mesmas para Chapecó/SC.

De acordo com o advogado Reinaldo Tillman, à época professor do Bacharelado em Direito (UCPel) e um dos representantes do NAP - UCPel, em uma entrevista cedida a mim:

Eles estavam numa área do DNIT, a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura estava preocupadíssima. O secretário era o Longaray - ainda é, eu acho -, preocupadíssimo que eles fossem responsabilizados, porque, afinal, uma criança poderia ser atropelada [...]. Eles queriam tirar dali, e queria até talvez dar o apoio da Prefeitura (eu não cheguei a ver isso, mas em outros momentos foi bem claro...) para que eles voltassem. Pagar passagem de ônibus, conseguir um caminhão... Deixar eles, assim, tranquilos para voltarem para Chapecó... Que eles só fizessem uma passagem por aqui. Passassem até o Natal, vendessem o artesanato e fossem embora [...].

Imagem 02: Iraí - Pelotas e meia volta



Fonte: Acervo de Adriana Teixeira, assistente social da Cáritas

Assim, as demandas para um território fixo, para melhor acolher as mulheres e crianças, como Pedro Salvador conta em entrevista: “Quero que olhem pra nós! Eu quero que as minhas crianças se sintam bem [...] Que essas Pelotas olhem pra nós também” (Mar., 2018).

O pedido de uma área, então, para melhor acomodar as famílias, da manutenção das práticas culturais e de subsistência, foi a principal demanda de parte dos Kaingang e o enfoque das reuniões organizadas por diversas entidades envolvidas no processo junto a Câmara de Vereadores de Pelotas.

As mediações junto à Câmara de Vereadores, sob responsabilidade do vereador Ricardo Santos (PCdoB), ocorreram em parceria com a Cáritas Arquidiocesana de Pelotas (Cáritas), inicialmente, com ações pontuais de doações de mantimentos aos Kaingang. A partir desse momento aproximam-se diferentes instituições públicas e privadas e, começa a delinear-se projetos, fortalecendo as alianças entre os indígenas e as instituições.

Entre os envolvidos estavam a Prefeitura Municipal⁸, Governo do Estado e União, Justiça Social e Segurança (SSJ), Educação e Desporto, o Sanep, a Defesa Civil, a Funai, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), a Emater, a

⁸ Informação retirada da reportagem “Mudanças dos Kaingang para zona rural começam na terça-feira”, realizada pelo Programa Pelotas 13 Horas. Disponível em <<http://www.pelotas13horas.com.br/noticia/mudancas-dos-kaingangs-para-zona-rural-comecam-na-terca-feira-a614f5bd-6015-42fa-997c-0cad7a9b7ad5>>. Acesso em: 28, set. 2018.

Secretaria de Cultura, a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e o Núcleo de Advocacia Popular da Universidade Católica de Pelotas (NAP - UCPel).

A aproximação entre as instituições foi relevante ao passo que a população pelotense pôde conhecer e reconhecer, aos poucos, os motivos da vinda dos Kaingang e a dinâmica sociocultural do desse grupo coletivo, além de instigar o (re)conhecimento histórico indígena do município. Afinal, estamos falando de uma cidade com poucas aldeias indígenas, possuindo apenas uma Terra Indígena reconhecida Guarani-Mbyá, a Kapi'i Ovy, na Colônia Maciel próximo ao Parque Farroupilha, na zona rural do município.

Outro fator que influenciou a decisão do coletivo Kaingang vir para Pelotas, refere-se a insatisfações e conflitos na aldeia Condá, essa situada no município de Chapecó, em Santa Catarina. Algumas dessas informações resultaram na articulação de um documento⁹ para fins de um diálogo com o município, assim entregue na primeira reunião na Câmara de Vereadores, no dia 18 de fevereiro de 2016, articulado por Francisco Vitória, historiador vinculado ao Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul):

[...] Devido às dificuldades encontradas nessa localidade – que envolvem desde as manifestações públicas do Estado de Santa Catarina em posicionar-se contra demarcação de terras, o preconceito da população local contra a comunidade e a dificuldade de comercialização do artesanato – decidiram permanecer em Pelotas, município que já era rota de comercialização de seu artesanato há algumas décadas. [...] No entanto, aqui também vêm enfrentando problemas. [...] O local onde estão instalados, em frente à rodoviária, nas margens da rodovia (BR) muito movimentada, apresenta insegurança e falta de estrutura básica para as famílias.¹⁰

Reuniram-se no dia 18 de fevereiro de 2016 representações da Funai, agentes públicos locais, como representantes do Legislativo, Executivo e Municipal, instituições públicas e privadas, a 5ª Coordenadoria Regional de Educação (5ª CRE), e pessoas solícitas à causa indígena. Iniciou-se, então, diversos tipos de

⁹ Primeiro documento transcrito à pedido dos Kaingang em Pelotas, entregue ao MPF nesta ocasião. As questões políticas descritas na carta apoiam-se, principalmente, nos direitos originários às terras e à proteção de manifestações de diferentes culturas (art. 215 §1), no que consta na Constituição Federal de 1988. O documento está na íntegra como Anexo A do TCC.

¹⁰ Nota retirada da página do facebook de mobilização das demandas dos Kaingang, denominada "Resistência Kaingang em Pelotas". Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/resistenciakaingangpelotas/posts/1731780653721517?__xts__%5B0%5D=68.ARCiXaP4brRFoOe34yPDiDhCbip9CvXEHcyFgSn5LuaxjZG-0NeQFrz1-EzmEEMHEXwCzFRzo1NqurgNKU7nBAGiaxYHM7FTTGXB2I_SYf7UkHd-bJCUS1wHmqSQx3LKAFMhxTZbXj5zLxV4MG3CECOqKZCYJ2TQ5-eFDK0doY6TjkzxdFUSDA&__tn__=-R>. Acesso em: 18. set. 2018.

mobilizações, como reuniões junto à Câmara Municipal e ao Ministério Público Federal (MPF), para acompanhar e dar assistência às demandas do grupo.

Entretanto, em consonância com as narrativas do cacique e do vice-cacique, sobre as motivações de sua movimentação, o território sempre esteve para além de uma delimitação geográfica. No documento entregue à Câmara de Vereadores:

A questão do terreno não envolve apenas um pedaço de terra, mas o que farão com o chão e de que forma se relacionarão com ele, tendo o anseio de preservar o meio ambiente em que estão inseridos e, assim, fazer nascer árvores, alimentos e ervas sadias que não interfiram de forma negativa em seu organismo e que possam, também, servir de remédios para as enfermidades. (Anexo A, p. 02).

Essa ocasião implicou em diversas movimentações e mobilizações dos Kaingang e agentes públicos envolvidos, bem como, forneceu subsídios para acessar benefícios destinados às populações tradicionais e em vulnerabilidade social. Deste modo, desde a primeira reunião ocorrida em fevereiro de 2016 até meados de junho de 2017, foi dado andamento às negociações para o amparo e a realocação dos Kaingang por parte da Prefeitura Municipal.

As reuniões junto à Câmara de Vereadores resultaram em sugestões de alguns locais para acomodá-los. Uma das possibilidades levantadas era o Ecocamping Municipal, na Colônia de Pescadores Z-3, espaço esse já estruturado. Porém, por estar interditado e se tratar de uma Área de Preservação Permanente (APP), a Prefeitura não permitiu autorizar seu uso pelos Kaingang. Sobre este local, Pedro Salvador conta o seguinte:

Nós estávamos pedindo aquela Z-3, perto ali onde é a Lagoa dos Patos, porque ali tem cemitério dos índios ali. Ali que era dos índios, onde eles ficavam, em cima das águas... [...] Eles foram lá, pesquisar, e era dos índios, que ali tem cemitério... O camping era dos índios. Mas falta do quê... a falta de esgoto não quiseram nos pôr lá [...] a Justiça não liberou por causa dos esgotos [...]". (Set. 2018).

Assim como o relato feito por Reinaldo Tillman, vinculado à Cáritas, que acompanhava a situação:

Quando eles [os indígenas] decidiram que iam ficar na Colônia Z-3, e prepararam um documento para apresentar para a Prefeitura – que é uma área sob gestão da Prefeitura [...] Só que estava interditado ambientalmente, e continua até hoje... (Out. 2018.)

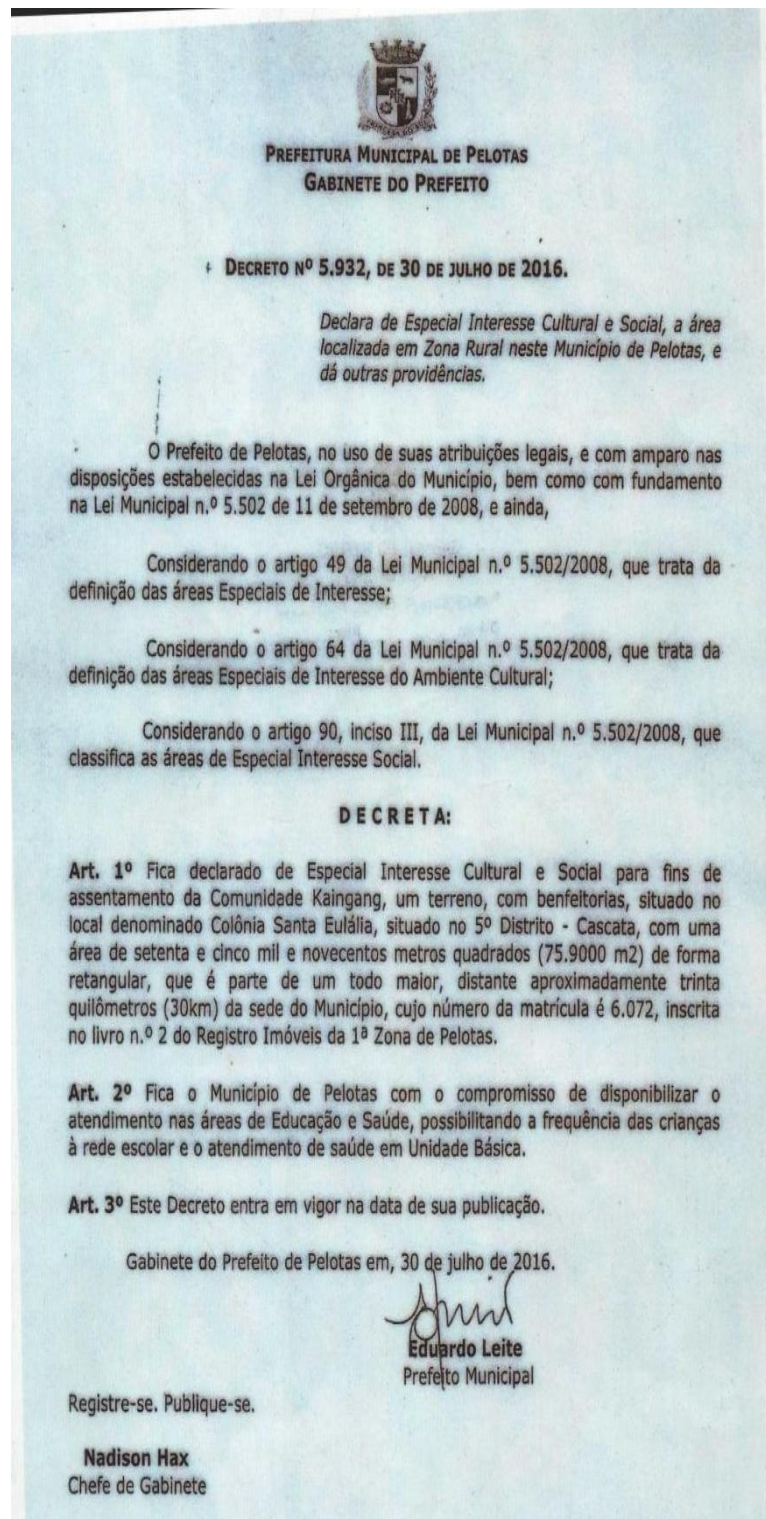
A partir dessa primeira tratativa, abriu-se um processo de pesquisa na zona rural de Pelotas, onde houvesse estruturas escolares em desuso para serem utilizadas como residência. A secretaria designada para a função foi a Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental (SQA).

Por conseguinte, houve uma visita técnica a um terreno localizado na Colônia Santa Eulália. Reinaldo Tillman comenta que, por uma decisão das famílias Kaingang, frente à incerteza do processo de doação da área, optaram por estabelecerem-se no local. Entre a designação de um espaço para habitar pela Prefeitura Municipal, a escolha e a mudança das famílias, decorreu-se, aproximadamente, três meses.

As visitas aos locais foram realizadas em conjunto com algumas famílias presentes na rodoviária. Elza, companheira do cacique Pedro Salvador e suas filhas, Elizete e Marciana, contaram-me sobre a agilidade da Prefeitura no processo de liberação das áreas para moradia, mas que, para elas, o terreno próximo da cidade oferecido [Colônia Z-3], não foi possível por conta de questões de saneamento. mas que seria o ideal para abrigar as famílias.

A área em questão foi viabilizada pela Prefeitura Municipal em parceria com a Funai, e foi emitido o Decreto Municipal nº 5.932, de 30 de julho de 2016, dada como “Especial Interesse Social e Cultural para fins de assentamento da Comunidade Kaingang”.

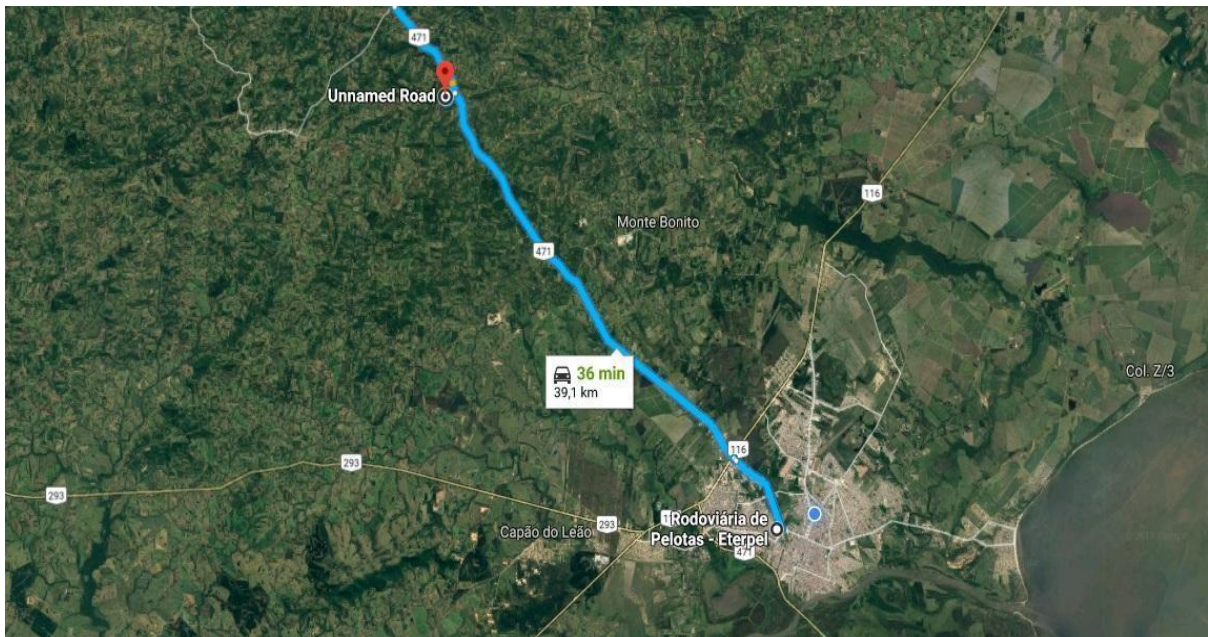
Imagem 03: Decreto Municipal nº 5.932



Fonte: Ministério Público Federal de Pelotas

Logo, no dia 31 de maio de 2016, teve início o processo de transferência dos indígenas da frente da Rodoviária na BR-292 para a área rural do município.

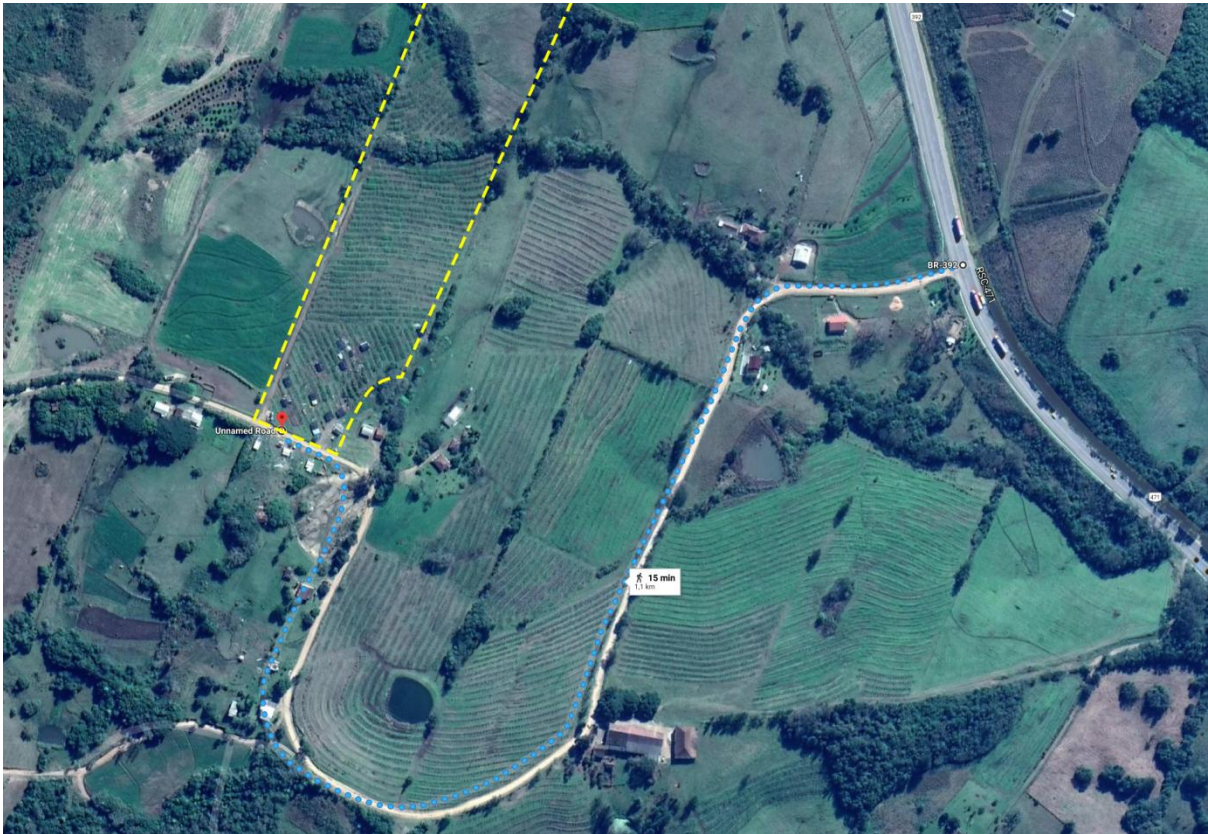
Imagem 04: Percurso Rodoviária - Colônia Santa Eulália



Fonte: Google Maps, out. 2018.

A área, equivalente a 7,5 hectares de extensão era repleta de pessegueiros e sem estrutura básica para moradias, como saneamento e instalações elétricas. Para melhor abrigá-los, troncos de eucaliptos, lonas pretas e pregos foram doados por meio de recursos municipais. No local havia apenas uma pequena casa com dois quartos, cozinha e banheiro, reformada e designada, posteriormente, como Unidade Básica de Saúde (UBS) para a comunidade.

Imagem 05: Caminho BR 392 - Aldeia Gyró



Fonte: Google Maps, out. 2018.

Conforme registro em meu Diário de Campo, em janeiro de 2018:

[...] O terreno destinado aos Kaingang lembra o formato de uma meia lua com as pontas para cima. Logo na entrada que percorre a Gyró estão a maior parte dos barracos. A única construção de alvenaria, no local, é a Unidade Básica de Saúde, implementada pela Prefeitura de Pelotas e inaugurada no dia 1º de dezembro de 2017. Até chegar à parte mais baixa, o terreno é todo gramado. Já a estrada que envolve a frente e segue pelo lado direito do terreno, logo após o espaço das casas, é de chão batido. No meio da meia lua, um pequeno arroio corta o caminho, separando, também, o lado em que mantiveram-se os pessegueiros. Olhando para sua continuidade, vejo mato. Subindo o terreno não há mais nada além de mato, mato baixo. Ainda não caminhei até o final.

Até meados de 2018 os Kaingang permaneceram em toldos. Contudo, ao longo do ano de 2016 os Kaingang receberam outras formas de assessorias: uma delas, um projeto social chamado *Viabilização Inicial da Vida Kaingang na Terra de Pelotas*, financiado pelo Fundo Socioambiental Casa, em agosto de 2016, encaminhado pela Cáritas.

Neste projeto se previa uma série de ações e subsídios para o local em que foram instalados os Kaingang como a capacitação de jovens em contabilidade e administração, a capacitação de um professor bilíngue da comunidade, recurso para produtos alimentícios, animais e ferramentas de manutenção, entre outros.

O projeto destinava recursos para as atividades descritas, entretanto, apenas duas delas se efetivaram e, as demais, foram aplicadas em outras necessidades da comunidade¹¹. A partir desse projeto, delinearam-se outras frentes em prol de subsídios para as famílias da Gyró, como projetos de Sustentabilidade Alimentar, Energética e de Estruturação, em parceria com o Fundo Arquidiocesano de Solidariedade da Cáritas.

Cito, também, a iniciativa que tirou as famílias Kaingang das lonas improvisadas, viabilizado pelo Programa de Sustentabilidade no Habitat Social, projeto realizado por investimento do MPF, com o objetivo da construção das habitações na Gyró. O início do projeto ocorreu ainda em 2016, mas os Kaingang começaram a perceber o resultado apenas no segundo semestre de 2018.

Assim foram sendo dados grandes passos dos Kaingang em Pelotas, agora com novas perspectivas de continuidade histórica e com auxílio de políticas públicas para projetos de estruturação e reconhecimento social da Gyró, ao passo em que o quando o cacique pede para olhar para eles, nos lembra que “a riqueza deles [dos antepassados] era a terra, a árvore. O mato era futuro deles”

2.2 O mito é político: renovando os antepassados

Mesmo permanecendo dois anos em barracos de lonas, à espera do andamento do projeto de habitações, os Kaingang resistiram na região, traçando suas narrativas. Ou melhor, a continuidade dela, pois, como afirmam, o local escolhido é um caminho já percorrido pelos seus antepassados e indicado pelos sonhos. Nas palavras de Alcir Salvador: “A visão era pra tocar pra frente. E aconteceu. E por isso hoje estamos aqui [...]”. (Mar. 2017).

Como no mito de origem registrado por Nimuendajú (1993), são os rezadores, ou *kujá*, que acessam conhecimentos sociais implícitos e sensíveis do

¹¹ Consta de forma detalhada na prestação de contas finais do projeto. Sendo o acesso à informações deste e dos demais projetos, feito por meio de acervo disponível para consulta na Cáritas – Pelotas, mediante agendamento.

simbolismo que os sonhos denotam. Como afirma Rosa (1998), em sonhos, os *kujá* acessam outros planos, habitados por seres não-humanos, sobre-humanos, com os quais se comunicam.

Isso fez pensar que, em algumas caminhadas que fiz com Alcir, ele lembrava de sua visão. Alcir é pastor, ou como me ele falava, um “profeta”. E suas palavras eram sempre firmadas “debaixo desse Sol”.

Muitas de nossas conversas remetem a sua atuação como liderança religiosa/espiritual, no contexto dos Kaingang da Gyró. Com as igrejas presentes em diversas comunidades indígenas, também nota-se uma reconfiguração e/ou ressignificação cosmológica Kaingang. (AQUINO, 2016). Ao acompanhar o cotidiano do grupo, percebe-se que de certa forma essas ressignificações remetem ao tempo dos antigos (*vãsy*) e ao tempo mítico (*gufã*), como por meio das visões tidas pela liderança e de suas promessas sob o Sol, que de acordo com a literatura etnológica remete à metade *kamé*.(NIMUENDAJÚ, 1993).

Assim, Isabela Figueroa (2018)¹² produziu um artigo, a pedido dos indígenas, referente à “materialização da visão Kaingang”. A descrição realizada por Figueroa (2018) traça brevemente as narrativas das lideranças que “ainda sabem sonhar” e que foram, então, os espíritos que indicaram o seu caminhar até Pelotas.

Situação semelhante à constituição da aldeia no Morro do Osso, em Porto Alegre, em que os Kaingang reivindicaram o território enquanto *ga sí* (terra antiga) e *mü jé ha sí* (passagem dos antigos), contendo registros arqueológicos de cemitério indígena. Como registrado por Alexandre Aquino (2016: 93):

Verifica-se que, para os Kaingang ocuparem o Morro do Osso, a mediação da *kujá* e do *pa í* (cacique) no estabelecimento da vida aldeã foi essencial, pois através dos sonhos e “visões” de Nimpre e dos “conselhos” de Kentanh, juntamente com outras lideranças de sua “marca” (i.e., metade exogâmica) ou de outra “marca”, como Francisco Rokã dos Santos e Valdomiro Sê Vergueiro, respectivamente, e de modo geral das relações que as mulheres e os homens kaingang que constituíram a aldeia estabeleceram com os diversos Outros (como os fóg, os Guarani, os [espíritos de] animais e plantas, pedras, mortos, associados ao “cemitério indígena”, e objetos subjetivados como signos da relação com esses Outros, especialmente, os cacos cerâmicos e materiais líticos) implicados no lugar, que os Kaingang fundaram uma aldeia (*vãre*

¹² Isabela Figueroa é pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da UCPel e foi uma das primeiras pessoas da instituição a assessorar as famílias Kaingang, logo que chegaram à Pelotas.

mág/ga mág/ëmã mág) em uma área nesse processo definida como uma terra ancestral (ga sí; em que sí = antigo).

Diante de acampamentos e aldeias que emergem impulsionadas, também, pelo sonhar, os Kaingang, assim, estabelecem uma relação de territorialização para com a terra que lhes é de passe dos ancestrais, como no caso da Gyró. Bem como menciona Alcir Salvador, “o sonho é importante para se posicionar” e que os “sonhos se concretizam”. (Mar., 2017).

Nesse sentido, os trajetos que, por essa motivação, os Kaingang traçaram, do oeste catarinense até o sul-riograndense, podem ser pensados enquanto uma “ecologia dos espaços”, ou seja, trajetos que foram transmitidos ou até mesmo percorridos em sonhos, como percebido nos sonhos Walpiri. (GLOWCZEWSKI, 2015: 51).

Os Walpiri, aborígenes australianos, frente a expansão da colonização na Austrália, tornaram-se sedentários e viajam oniricamente em diferentes espaços no seu continente, percorrendo-os pelo território do sonhar e transmitidos por “depositários da força vital do clã”. (GLOWCZEWSKI, 2015: 62).

Já os Kaingang, não. Frente à colonização, os indígenas das Terras Baixas da América do Sul, migraram e se fortaleceram nos territórios, buscando sempre alianças, seja com outros povos ou até mesmo com não indígenas, revisitando os antigos territórios (TOMMASINO, 2000: 217). Tanto quanto ao sonhar, percorrem fisicamente o território que lhes é visionado, ou seja, o espaço-tempo (*vãsy*, *gufã* e *uri*) relacionado aos sonhos.

Em ambos os casos, os itinerários sonhados podem ser transmitido por seus antepassados. Glowczewski (2015: 62) diz que

É por isso que é tão importante enfatizar que a noção do sonhar, dos ancestrais do sonho, do tempo do sonho, não se refere a um simples tempo das origens, mas a um espaço-tempo que abrange simultaneamente o passado, o presente e o futuro, e no qual estão estocadas todas as possíveis combinações entre os elementos da existência.

Assim, a partir de uma eco-lógica Kaingang, por meio dos trajetos visionados, tratando-se dos Kaingang da Gyró, os tempos (*vãsy* e *uri*) conectam-se e comunicam-se entre si, como *pontes*, de acordo com a leitura de Glowczewski (2015: 47), mas, neste caso, acessado pelo profeta da aldeia.

As narrativas tecidas pelos Kaingang em torno de seus antigos como o cacique *Nonohay*, compreendem, também, uma dinâmica de territorialização acessada pelos kujá, ou lideranças espirituais, por meio dos sonhos. (AQUINO, 2016; GLOWCZEWSKI, 2015). Quem media a comunicação entre espaço-sonho-tempo, têm a função de “se lembrar desse elemento-sonho e atualizá-lo, conectando-os aos itinerários já celebrados”. (GLOWCZEWSKI, 2015: 62).

O elemento-sonho, para Glowczewski (2015: 61-62), consiste na particularidade de um lugar-território e como esse lugar identifica o ser que ali se constitui, indicando o clã ao qual pertence, ou até mesmo constituindo um novo clã. Para os Kaingang, os elementos do sonhar correspondem à coexistência entre o espaço-tempo em relação com os seres humanos e não-humanos, ou como Aquino (2016: 93) nos fala, os “diversos Outros”, que permeiam seu modo de vida. Sendo esses elementos que dão sentido ao presente, frente ao passado, refletido em seus movimentos de territorialização.

Os deslocamentos dos Kaingang orientados pelos sonhos passam a envolver, nesse sentido, motivações de ordem mítica tanto quanto são consequências de conflitos territoriais historicamente marcados. Juntos, são os elementos que potencializam os movimentos de territorialização Kaingang tanto do Morro do Osso como da Gyró em Pelotas.

De acordo com a contribuição de Tommasino (2000: 224), a antropóloga indica que:

Mover-se no espaço significa, assim, mover-se no tempo. A vida Kaingang se move em dois polos: do espaço administrado/vigiado ao espaço wãxí/não-vigiado e vice-versa. O uri (tempo atual) caracteriza-se metaforicamente em caminhar entre a realidade e o mito. O passado, como já dissemos em outro lugar, aparece mitificado, como o tempo do sonho, e viver nas terras baixas simboliza um retorno ao passado, que é constitutivo do tempo atual.

Análogo a este pensamento, Glowczewski (2015: 64) compreende no pensamento Walpiri, o sonhar relacionado ao mito e o que se procura, a partir desse pressuposto, são vivenciá-los de modo que “terra dá sentido aos povos”. (GLOWCZEWSKI, 2015). Sendo, a transmissão desses itinerários, por meio dos sonhos, visões, histórias orais, etc, elementos que impulsionam as reivindicações territoriais.

Como Daniel Munduruku (2012) afirma, busca-se o fortalecimento identitário de ser indígena pela concretização da memória, também como um meio de fortalecimento do interno dos próprios povos. Assim, de passo em passo, os Kaingang da Gyró tem nos mostrado que “eles estão aqui para ficar”. (Doc, p.1).

O que descrevi, foi uma forma de contextualizar, de acordo com a literatura antropológica e as narrativas dos interlocutores da pesquisa, as questões contemporâneas dos povos indígenas Kaingang tecidas desde os tempos de seus antigos (*wãxí*) nos tempos *vãsy*/há muito tempo ou *gufã*/tempo antigo. Pois, a territorialização dá-se no diálogo com os conhecimentos ancestrais e as conexões das próprias formas de experienciar e estar no mundo. Viver as transformações do *üri*, sem esquecer do *wãxí* também enquanto um ato político para reivindicar sua *emã*.

2.3 Passe dos índios

Em Pelotas, ao decorrer de 2016, a comunidade Kaingang passou a tecer relações de aliança com as Instituições Públicas e Privadas e efetivam suas atividades econômicas, como a comercialização de seus artesanato.

Além disso, nossos encontros ocorreram, em grande parte, pelas praças da cidade. Algumas delas no Parque Dom Antônio Zattera e a outra, com maior frequência, a Praça Coronel Pedro Osório, em frente à Prefeitura de Pelotas.

Nessa Praça, Alcir conta que “*Nonohay* passou por aqui” há muito tempo. De acordo com Pedro: “Faz muito tempo, né, sabe, há uns trezentos anos atrás [...] e hoje tem os índios ali, descobrindo onde era o passe dos índios”. Assim como seu pai havia lhe dito que toda essa região é “passe dos índios”, que “seus avôs e avós passaram por aqui” e “hoje nós estamos reconhecendo também onde é que era dos índios”. (Diário de campo, set. 2018).

Alguns registros de narrativas sobre as passagens do cacique *Nonohay* pelo território brasileiro, se dão entre os anos de 1767 e 1863. Rosa (2009), por exemplo, apresenta três delas por velhos Kaingang como Konkó do rio Guarita/RS, João Carlos *Kanheró* (Kasu) da T.I. Rio da Várzea (Frederico Westphalen/SC) e Seu Jorge Kagnãg Garcia da T.I. Voutoro (Nonoai/RS), sobre seu caminhar entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Com o estabelecimento dos Kaingang em Pelotas, podemos ter acesso a uma narrativa da presença indígena Kaingang na região. Assim, destaco, frente a este acontecimento, a memória de cacique Pedro Salvador ao relatar a passagem de *Nonohay* pela cidade, nos tempos *vãsy*, em uma conversa na aldeia:

O kaingang que existia naquela época era o cacique que coordenava os grupos, os filhos, os cunhados. Ele passava por aqui. O nome dele era Nonohay, sabe [...]. Então, a passagem dele era por aqui assim, sabe [apontando em direção à estrada]. Eles se encontravam em Pelotas. Se encontravam com os Charrua, com os Xavante, Tupi Guarani. Tinha outro grupo também, nos outros lados. Daí, os Kaingang eram separados. Os índios assim vêm se encontrando e vêm se entendendo. Daí sabe, depois veio os estrangeiros, atropelando eles [seus antepassados]. [...] Rio Grande todo era dos índios. Aí sabe, os estrangeiros vinham empurrando todos pra cá, até que eles vieram se escapando tudo ali e se encontravam aqui em Pelotas.

Daí sabe, os restos que ficou lá, os Charrua que ficou lá, também, o governo naquela época já caçaram eles e levaram pra matar eles, e o cacique mesmo morreu lá [Charrua]. Daí caçaram todos eles. Uns escaparam. Tem uma aqui agora também, uma cidadinha, pra lá de Erechim, Passo Fundo, Getúlio Vargas... Tem uma cidadinha dos índios, de nome de Charrua. Então, os Charrua escapando, espalhados por aí. Às vezes, de vez em quando, eu passo por ali e encontro com os Charrua, mas só que eles são portugueses [se referindo a "jeito" de agir].

Então dali, Nonohay vinha cruzando tudo por aqui com a turma dele, sabe. Mas quando eles chegaram por aqui, eles acharam melhor aqui, esse lugar. Agora hoje to aqui, sabe. Então todos os índios que passam por ali eles têm um pouco de descanso. Se não dá aqui, ele vai pra outro lugar. Mas aqui, quando ele chegou aqui já tava dando conflito. Já estavam escravizando os negros, os índios aqui em Pelotas. Daí eles sofreram, sabe, sofreram. Aí eles mataram bastante os índios. Daí o Nonohay escapou de novo com a turma dele e foi pra lá. Os que permaneceram, mataram eles, os Guarani ficaram quase todos mortos.

Então hoje, aqui agora, nesses anos pra cá, ainda tem os Guarani que venceram. Já tão investigando onde eles passavam também, porque aqui já tem bastante os índios Guarani. Então tudo nisso aí, o Nonohay, índio Kaingang também passavam por aqui. Mas eles passavam, quando vê que eles estavam procurando lugar pra ficar, tava dando, já, conflito ali, escravizando os índios mesmo, os negros. Daí sabe, o cacique Nonohay não gostou, ele tinha medo que ia acabar com as turmas. Então ele escapou por Porto Alegre.

Aí, de Porto Alegre ele foi descendo. Ele tava descendo assim sabe, voltando pra lá pra escapar pro outro lado, lá pra Santa Catarina. Daí sabe, quando ele alcançou em Nonoai, com os cunhados dele, com o genro dele, com os filhos dele... Quando ele alcançou ali, ele disse assim: - 'Eu to muito velho. Acho que eu vou me descansar aqui. Aqui vai ser o meu enterro, mas eu quero dizer pra vocês [os parentes], vocês vão. mas primeiro vocês vão me enterrar aqui [Nonoai] pra passar pra Santa Catarina.'

Daí enterram ele, o resto ficou junto com eles. [...] Por isso que é nome de Nonoai. Ele morreu ali mesmo, de idade, caminhando, vigiando com a turma dele. [...] Foi há muito anos, há trezentos anos atrás. Há trezentos anos atrás os índios vem sofrendo [...].

Hoje, o Nonohay morreu e o cunhado dele passou pra lá. A mesma coisa, já tava acontecendo muitas coisas também. Já estavam serrando tudo os matos dos índio, já estavam serrando as toras de pinhão, as florestas, né, já estavam acabando com as florestas. E ali, ali em Chapecó, daí, aquele que passou pra cá era o nome de Condá. O velho Condá [complementa Elza]. Daí eles estavam acabando com os índios, enganando os índios. [...] daí dali sabe, ele se acampou também [...].

Durante nossa conversa, Pedro Salvador lembrou que tanto ele quanto Alcir Salvador mencionaram já (re)conhecer Pelotas como território de passagem. Pedro afirma também ter vindo à cidade no ano de 1980, quando jovem.

Abaixo traço um pequeno quadro com considerações do caminhar de cacique *Nonohay*, feita pelos quatro Kaingang mencionados:

NARRATIVAS	NOME	CAMINHOS	INIMIGOS	PARENTESCO	IDADE
Konkó (1752) Rio Guarita/SC	Nonohay	Nonoai, Serrinha, Rio da Várzea, rio Guarita, Erval Seco	Jesuítas e Xokleng	Filho do guerreiro Fondengue	-
Kasu (1998) Frederico Westphalen/SC	Nonohay	Iraí, Planalto, Serrinha, Rio da Várzea, Farinha Grande, Alpestre, rio Uruguai e rio Melo (Rio do Mel)	Jesuítas e Xokleng	-	180 anos
Jorge Kagñan Garcia (1998) Nonoai/RS	Nãnvánh	Norte do RS, Nonoai, Votouro, Rio da Várzea, Serrinha, Chapecó	Xokré, Tupi, Guarani	-	-
Pedro Salvador (2018) Nonoai/RC	Nonohay	Lagoa dos Patos (Rio Grande - Pelotas - Porto Alegre), Erechim, Passo Fundo, Getúlio Vargas, Nonoai, Chapecó	Colonizadores	Sogro de cacique Condá	-

A memória apresentada por Pedro Salvador reafirma os trajetos e os costumes dos Kaingang, em torno da Lagoa dos Patos, e somam-se às memórias coletivas de seu povo junto a história de outros grupos étnicos (Charrua, Guarani e negros/as escravizados/as). Pensamos aqui, nessas narrativas como complementares a uma história maior e friamente trabalhada para o esquecimento por interesses econômicos e políticos territoriais desde o Brasil-Colônia.

Podemos pensar as atualizações das narrativas dos tempos *vãsy* no *ûri*, que coexistem, como Rosa (1998: 117-120) discute, enquanto “laços de solidariedade”, reestruturando-se como “tempos espiralado”, que ritmizam os gestos, as narrativas e os discursos políticos na luta pela terra.

E, tão significativo quanto isso, como Freitas (2015: 321) afirma que os próprios sujeitos se trans-formam e se re-criam frente aos conhecimentos que envolvem suas visões de mundos. Para tanto, tais constatações trazem como potencial a capacidade de expandir as fronteiras terrestres para pensar na territorialização Kaingang a partir do onírico vinculado à mitologia.

Tal qual, o próprio território concerne dimensões sociais e ambientais culturalmente específicas, uma eco-lógica particular de cada povo originário que o habita, garantindo a diversidade étnica reconhecida por Lei. Assim, conforme Freitas (2015: 323-324), é pela via da memória, do mito, do ritual, da história oral e da escrita que:

os Kaingang se concebem como sujeitos de uma história que ultrapassa em profundidade o período que se convencionou chamar de histórico, adentrando em camadas temporais que se tem regalado a seus “antecedentes”, com os quais a ciência, fragmentada em disciplinas, até então não reconhece completa e positivamente a continuidade.

Em conversas com os Kaingang, esses indígenas indicam a preocupação das desapropriações de terras, como os apontamentos frequentes de Alcir Salvador sobre o avanço da política que não corresponde aos direitos dos Povos Indígenas: “a política é do branco”, refletindo em dificuldades encontradas nas tentativas de diálogo para com o Poder Público.

Os aldeamentos, por exemplo, são consequência da administração territorial e que, compreendem uma “liberdade relativa” (TOMMASINO, 2000), em prol do desenvolvimento econômico (OLIVEIRA, 1998). Já, os movimentos de territorialização são um contraponto a esse sistema, a medida em que se inserem

como intervenções políticas que visam a garantia dos direitos étnicos diferenciados, amparados pelos Artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988.

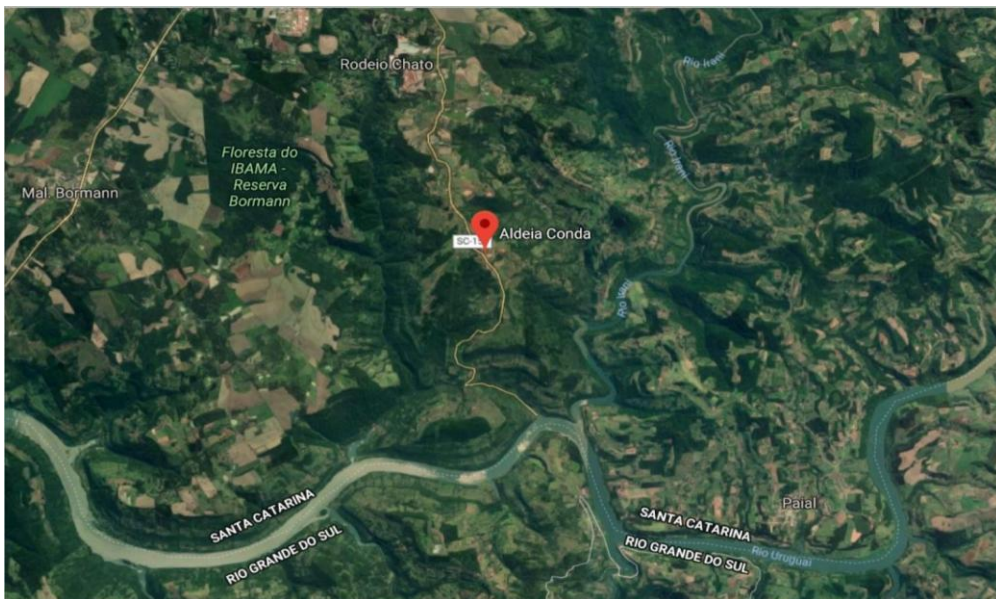
Pensando nesses obstáculos, tanto Pedro quanto Alcir, mencionam a importância da terra, visando, nas gerações futuras (filhos e netos), a continuidade das tradições de seu Povo, a fim de cumprir suas andanças, dos anciões e das anciãs, de seus antepassados. O que para eles não significou, em momento algum, fraqueza. Neste encontro, Alcir continuou contando que mesmo em pequenos grupos, são justamente esses grupos que, fortalecendo-se, se tornam maiores, “cada vez mais lutando, juntos com os nossos povos entre os quatro cantos desse país”.

Esse movimento mobiliza e unifica a luta dos Povos Indígenas, sendo o território “a consciência de seu próprio papel histórico na transformação da sociedade” (MUNDURUKU, 2012: 112) questões-chave para a continuidade da diversidade étnico-racial.

2.4 Antes de Pelotas foi Nonoai e Condá

A reserva de origem das famílias Kaingang é a aldeia Condá, situada no município de Chapecó, à Oeste de Santa Catarina. O território da aldeia Condá foi reconhecido enquanto Reserva Indígena (R.I.) no ano de 2001 pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Estende-se por 2,3 mil hectares, entre os rios Uruguai e Irani. (FERNANDES & PIOVEZANA, 2015).

Imagem 06: Localização da R.I. Condá em Chapecó/SC



Fonte: Google Mapas, set. 2018.

A identificação e a delimitação da área indígena teve início em 1998, a pedido da Funai. A equipe responsável pelo caso foi dirigida pela antropóloga Kimiye Tommasino (1998).

A Reserva Indígena (R.I.) Condá foi identificada após a resistência dos Kaingang para permanecer em seu território tradicional, que corresponde à Chapecó, mesmo que “invisíveis” à cidade. Como Ricardo Cid Fernandes (2003: 198) escreve sobre a situação anterior à identificação:

Os Kaingang da Terra Indígena Aldeia Condá vivem uma situação diferenciada das demais comunidades indígenas da região. Neste caso, não se trata de terra indígena tradicional, mas de uma Reserva Indígena. Estes Kaingang, como outros grupos indígenas, enfrentaram os reveses de uma história do contato marcada por processos de conflito e colaboração entre indígenas e agentes coloniais. [...] estabeleceram outra estratégia: permaneceram em seu território tradicional, acompanhando, invisíveis, o crescimento da cidade de Chapecó: o núcleo urbano deste município permaneceu sendo considerado por estes indígenas como seu território tradicional (o local onde hoje está construída a catedral, dizem, é o local onde seus antepassados realizavam o ritual do Kiki). Apesar do convívio intenso com a cidade, estes indígenas mantiveram crenças e práticas estreitamente relacionadas à “tradição” (todos falam a língua indígena, por exemplo, a grande maioria reconhece o pertencimento às metades exogâmicas e sabem qual sua pintura ritual).

O convívio com o centro urbano, como menciona Ricardo Cid Fernandes (2003), dava-se em prol de receber, pela Funai (mesmo que contrariada - por

removê-los insistentemente da cidade), serviços sociais e, também, para a comercialização do artesanato.

Já os relatos sobre as relações interétnicas, na região, mostraram-se extremamente conflituosas, chegando a mencionar que “guerra foi declarada” pelos não-índios em relação a reivindicação de terras feita pelos Kaingang, de sua *emã*. Durante o processo de identificação, o relato da antropóloga sobre as famílias Kaingang em Chapecó, realizado em 1998, aponta que:

A pesquisa mostrou que aquelas famílias que viviam na cidade de Chapecó eram descendentes de um grupo chefiado pelo cacique Kondá. Toda a cidade foi construída na terra tradicional desse grupo: mapeamos os locais onde ficavam a aldeia, os cemitérios onde faziam os rituais dos mortos, os lugares de coleta. Reconstruímos a história do primeiro branco que chegou à região e se casou com a filha do cacique. (TOMMASINO, 2002: 43).

Condá foi uma das quatro aldeias¹³ que surgiram após a grande retomada da Terra Indígena (T.I.) de Nonoai, nos anos de 1970, por conta da invasão de colonos locais. (FERNANDES, 2003). Além de ter impulsionado outros processos de reterritorialização, o que se tem de dados históricos é que a demarcação de Nonoai ocorreu em 1848, em tempos de intensa exploração territorial, para servir de agrupamento de diversos Kaingang do Estado do Rio Grande do Sul. (TOMMASINO, 2002: 43).

No mais, Condá comporta, atualmente, cerca de 300 famílias que vivem entre a agricultura e o trabalho no centro urbano. Todavia, a relação dos indígenas com a cidade ainda é reflexo de como se construíram na época da elaboração do relatório de identificação.

Contexto esse que Luiz Henrique Eloy Amado (2017: 72) revela as fortes táticas de cooptação e repressão desde a chegada dos colonizadores no Brasil, até meados do século 19. Apenas no final desse período implementa-se legislações indigenistas transferindo os direitos territoriais aos estados, no art. 64 da Constituição de 1891. O que não levava em conta o direito dos mesmos sobre elas.

Período este que perdurou mais de cem anos, em que, pela intensa repressão e tentativa de assimilação social, influenciando na própria rejeição de reconhecimento étnico na tentativa de melhores condições sociais ao serem integrados. Reflexo do período, apenas em 1980 o Movimento Indígena consolidou-

13

Ibdem: Fernandes, 2003.

se em nível de organização micro e macro, após uma década de Assembléias Indígenas. (MUNDURUKU, 2012).

Foi, então, na década de 1980 um marco para os Povos Indígenas, na medida em que se implementou a Constituição de 1988, reconhecendo a diversidade pluriétnica do país e garantias das terras indígenas, inclusive enquanto inalienáveis. Também foi o período do surgimento da Aliança dos Povos da Floresta, movimento que agregou indígenas e seringueiros. (ELOY AMADO, 2017; MUNDURUKU, 2012).

Mesmo o período colonial deixou grandes resquícios pela história indígena do país, como reconfigurações forçadas das dinâmicas sociais Kaingang, mas não os desvinculou de seus *emã*. Em contrapartida, constituiu-se, nesses movimentos organizados, reivindicações dos direitos consuetudinários e diferenciados, a nível global e local. (MUNDURUKU, 2012; OLIVEIRA, 1998; BARTH, 1998). “Não adianta a política tentar disciplinar a minha caminhada”. (Fala de Alcir Salvador, mar. 2018).

Em síntese, o que procurei traçar neste Capítulo 1 foi localizar tanto as motivações do caminhar, da R.I. Condá até a cidade de Pelotas, feito pelos Kaingang antigos e contemporâneos, junto à suas memórias, narrativas, mitos e sonhos, como também apresentar suas condições, passo a passo, de quando chegaram na cidade.

3. CAPÍTULO II

3.1 Gyró, uma pelota de barro

Na primavera de 2017, estava sentada em uma cadeira de madeira, há uns 30 metros da casa de cacique Pedro. Ele estava ao meu lado esquerdo, de frente ao arroio, e Elza, numa cadeira de praia, virada para nós. Conversávamos sobre a aldeia, foi a primeira vez que ouvi sobre a escolha do nome da aldeia.

Neste dia havia ido sozinha, fazer alguns registros fotográficos do terreno. Desde as primeiras idas fazia o uso, mesmo que tímido, da câmera fotográfica. O que instigou a registrar não somente alguns momentos confraternizando o chimarrão, como registrar o seu redor. Nunca fui adepta a tirar fotos-retrato. Apenas com o tempo fui sentindo certa liberdade e aceitação. O que as mulheres me falavam quando ia pedir permissão, era que eu registrasse as crianças, pois “elas crescem muito rápido”. (Fala de Ivonete Salvador, nov., 2017).

Foi, assim, por meio da fotografia e de meu interesse em ver as mulheres trançando as cestarias que nos aproximamos. Sempre que podia, levava a câmera, da Profa. Lori Altmann, à campo. Já com os homens, as relações se delinearam a partir das demandas das lideranças. O que, por algum tempo, limitou a abertura com as demais famílias. Apenas um tempo depois fui tomando mais liberdade para visitá-los sem a presença do cacique e das demais lideranças na aldeia, indo ao encontro às mulheres.

Esse encontro, com o cacique Pedro Salvador e a sua companheira Elza, ocorreu no meio tempo entre o planejamento das habitações e a liberação do recurso. Costumava ir visitá-los com uma maior frequência. Também foi uma época em que ocorriam brechós de arrecadação de renda, no Mercado Central, para cobrir as despesas extras dos materiais necessários para as construções das casas kaingang.

A aldeia Kaingang recebe, então, nessa oportunidade uma denominação: Gyró. Aldeia Indígena Kaingang Gyró. Após ter visto um anúncio de uma das ações de arrecadação, ao ir à aldeia, perguntei à Elza e ao Pedro como ocorreu a designação e o sentido da palavra. Elza me respondeu que a sugestão foi dela mesma:

No nosso idioma gyró, pra nós, é uma *pelotas*, uma pelotinha que surgia no tempo quando nós éramos criança... O meu irmão fazia aquelas pelotinha assim [mostrando uma forma redonda com o dedo indicador e o dedão] e a minha mãe dizia que era umas pelotinhas de terra aquilo lá. Daí aquilo lá veio na minha mente, que a cidade é Pelotas, daí pra nós, a pelotas que diz no nosso idioma, pra nós é gyró [...] era de barro. Meu irmão caçava com aquilo lá, caçava os passarinhos [...]

Tendo em vista as mobilizações de projetos que estavam se delineando, o nome designado ao espaço Kaingang colaborou para referenciá-los melhor.

Após essa visita, outros detalhes fizeram-me perceber a aldeia e o seu entorno. Comecei a notar no posicionamento das casas, pois até então, das vezes que caminhava do ponto de ônibus até a aldeia, não havia percebido que havia uma igreja logo atrás da casa do então vice-cacique, na entrada da aldeia, no lado esquerdo do postinho, de quem o olha de frente.

Imagem 07: Entrada da Gyro



Fonte: Acervo pessoal

Da entrada do terreno, um pouco atrás da igreja há duas grandes caixas d'água e mais duas pequenas viradas para baixo, na divisa com a estrada de chão. As caixas d'água estão sem uso por conta de uma contaminação da água por gasolina. O cacique Pedro Salvador relatou-nos, para Rogério e para mim, que eles cogitam que esse delito foi realizado por moradores ao redor.

Imagem 08: Caixas d'água



Fonte: Acervo pessoal

Na divisa da Gyró há posseiros, tanto no outro lado da estrada - que corresponde aos 5,5 hectares solicitados pelos Kaingang à Prefeitura Municipal, para a ampliação da aldeia -, quanto do lado esquerdo da Gyró. No mais, pequenas propriedades de moradores locais, poucas casas e estradas de chão batido.

As relações com a vizinhança são um tanto diversas. Sente-se a relação tênue em momentos como quando os Kaingang vão em busca de materiais (taquara, madeira, cipó, sementes) para produzir artesanato, ou refrescar-se em pequenos lagos da região. Assim como a solidariedade se faz presente, por meio do acesso aos terrenos com maior biodiversidade.

Em alguns terrenos do entorno, pequenos agricultores plantam pêssegos, alguns têm uma pequena criação de gado (como no terreno vizinho). Na paisagem geral, uma grande área verde de planalto, sendo a maior parte de mato baixo. As grandes árvores encontram-se, em sua maioria, na divisa com a BR-392.

Imagem 09: Caminhos no rural



Fonte: Acervo pessoal

No espaço da aldeia, a estrada segue fazendo o contorno de meia lua. Passando as caixas d'água, uma sequência de barracos, próximo à casa de Alcir Salvador, o barraco de sua mãe, Dona Helena. A maior parte dos barracos fica no gramado baixo, desnivelado, antes da descida do terreno.

Mais centralizada, a casinha de Marcos Salvador, uma das lideranças, sempre próximo aos caciques. Marcos é jovem, tem entre a minha idade (23), fala baixo, mas está sempre presente nas viagens e nas negociações da comunidade.

Logo depois há uma mescla mais íngreme de chão batido e grama que leva à casa de cacique Pedro Salvador, já sem grama alguma, na parte mais baixa do terreno, em continuidade da estrada que a envolve. Uma casa de madeira, mais afastada das outras e, na frente, uma placa também de madeira escrita "VENDE-SE COCA-COLA", que cumpre a função de "mercadinho" ou bodega. Mas, quando, das outras vezes, Rogério e eu fomos lá, Pedro nos ofereceu um copo de refrigerante. Ao seu lado há um pequeno galinheiro e, atrás, um cercadinho para a sua porca.

Seguindo a estrada, o arroio com pouco fluxo de água, aparentemente limpa. Algumas árvores em seu entorno, do outro lado mais chão terroso e um barraco aberto, como uma tenda. Essa é a parte mais baixa do terreno.

Subindo, começa outra grande parte com grama e com os pessegueiros não cortados para o estabelecimento dos barracos, quase até o topo. Na ponta de cima já não há mais nada, é praticamente terra. A estradinha cruza o fim do terreno, levando para um caminho mais arborizado até a estrada.

Imagem 10: Arroio Gyró



Fonte: Acervo pessoal

A principal reivindicação dos Kaingang no local é a ampliação do terreno cedido às famílias. No momento em que o grupo foi transferido, ficou registrado pelo MPF o compromisso, do gabinete da prefeita Paula Mascarenhas, de regularizar o terreno da frente, do outro lado da estrada de chão batido, como dito anteriormente, em prol dos indígenas, caso houvesse projetos a serem implementados junto à comunidade.

Imagem 11: Termo de comprometimento



Excelentíssimo Senhor Procurador,

Considerando o PAA nº 1.29.005.000032/2016-67, Ofício MPF/PRM-Pel/SOTC nº372/2017, informo que nas tratativas entre a administração municipal e os indígenas ficou acertado que a área localizada no outro lado da estrada seria cedida apenas quando tivéssemos a perspectiva concreta de se construir naquele local um museu ou centro cultural caingangue. Nosso objetivo seria o de conseguir junto ao Governo Federal recursos para restaurar e adaptar o casarão existente a esse novo uso.

Temos conhecimento de que a Universidade Católica de Pelotas – UCPEL está buscando viabilizar ali um centro comunitário para os indígenas. No momento em que tivermos posição oficial quanto a isso, talvez por convênio entre a Prefeitura Municipal e a instituição de ensino, procederemos à cedência formal da área em questão.

Atenciosamente,


Paula Schild Mascarenhas
Prefeita de Pelotas

Exmo. Sr.
Dr. Max dos Passos Palombo
Procurador da República
Rua Vinte e Nove de Junho, 200
CEP: 96075-178 - Pelotas/RS.

Pça. Cel. Pedro Osório, 101 - Pelotas / RS - CEP: 96015-010
Fone: (53) 3309-6030 - Fax (53) 3309-6060
e-mail: gabinete.prefeita@pelotas.rs.gov.br

Fonte: Ministério Público Federal

O primeiro passo do Município foi dado, mas como Alcir comentou em uma reunião junto a representantes da UFPel, da UCPel e da Cáritas, em março de 2018, foi:

Nesse momento, lá onde nós estamos, o lugar é pequeno. Está chegando mais gente e tá ficando mais pequeno. Eu fico contente, mas a minha preocupação é séria. Eu fico analisando o clima do

nosso mundo, da nossa etnia. Eu fico analisando as coisas. Pra eles tá tudo bem, pra minha etnia, pras minhas lideranças... Nossa etnia tá chegando pra tá feliz, mas a maior parte, mais necessária está lá na frente. Então, o lugar que estamos aí ele tá pequeno. Hoje vai passar mais de vinte já, mais de vinte famílias... Tá chegando mais duas famílias. Então é pequeno pra gente.

Desde então, os Kaingang têm procurado parcerias para delinear projetos que possam auxiliá-los na manutenção do terreno a eles designado. Como, por exemplo, o maior projeto que se implementou, até o momento, na aldeia.

Imagem 12: A Gyró



Fonte: Acervo Pessoal

A construção das casas modificou a configuração inicial da aldeia Gyró. Onde antes encontrávamos o barraco do cacique na parte de baixo, hoje, sua casa está para a direita, no canto inferior. O mercadinho também o acompanhou, fazendo com que o espaço de sua família nuclear duplicasse. A casa de Marcos também se reposiciona, dessa vez ao lado da casa de Pedro. Já Alcir não se dispôs a construir a sua, pois está em busca de novos caminhos.

Durante o ano de 2018, uma série de reuniões, a pedido dos Kaingang, junto envolvendo as três Instituições (UFPeI, UCpel e Cáritas) e, também, o MPF, foram

realizadas. Nas reuniões os Kaingang enfatizaram a necessidade da posse do terreno da frente do outro lado da estrada de chão batido para melhor acomodar as famílias, pedindo a situação de registro da área em questão.

3.2 Moradores da Gyró

Na chegada das famílias em Pelotas em 2016, pouco se sabia quem eram os indígenas que acamparam na BR-292. A partir das mobilizações e assessorias que foram sendo realizadas, dados básicos sobre as pessoas foram sendo levantados. Entretanto, como muitas das famílias viajam constantemente, em algumas dessas pesquisas, nomes aparecem e reaparecem.

Em uma de minhas visitas à sede da Cáritas tive acesso a três registros desses dados: a primeira tabela correspondente ao levantamento logo após os Kaingang terem sido transferidos para a Colônia Santa Eulália, porém não possui data de execução. A lista descreve o total de dez famílias, sendo seis delas consanguíneas, de sobrenome Salvador, correspondente ao parentesco das lideranças.

Logo, quando nos indagamos sobre quem eram as famílias vindas de Condá, Alcir uma vez disse que os Kaingang “são como abelhas”. Trata-se de uma fala que Isabela Figueroa (2018) também presenciou: “Os kaingang são como as abelhas jataí, contam os caciques, “quando a abelha rainha vai para algum lugar, a família segue ela”.

Essa situação revela uma continuidade das movimentações realizadas entre famílias extensas e parentela que partilham afinidades, configuração comum entre os Kaingang, em dados já registrados. (MUNDURUKU, 2012; TOMMASINO, 2000).

3.3 Um pé lá, outro cá

*“Eu sei como viver. Eu tenho duas formas de vida...
Sei viver na minha aldeia e sei viver na cidade.
Pra isso eu fui formado.”
Alcir Salvador*

Antes de assentarem os Kaingang na Colônia Santa Eulália, agora reconhecida enquanto Gyró, ao mesmo tempo em que as lideranças faziam frentes e alianças no centro da cidade para receberem mantimentos para o grupo, as famílias dividiam-se entre expor seus artesanatos no calçadão e permanecer no acampamento, comercializando-os desde a chegada na cidade.

Tommasino (2000: 217) aponta que, a partir do contato com não-indígenas, os artesanatos são produzidos para outros fins, como para o uso doméstico das pessoas que residem nas cidades. A comercialização dos mesmos passa, então, a se ver como fonte de subsistência, aumentando assim as movimentações dos indígenas nos centros urbanos.

Alguns grupos indígenas que em suas terras originárias possuem local apropriado para o plantio, inseriram-se na lógica de exportação de alimentos, como a substituição de suas plantações por lavouras de soja. (TOMMASINO, 2000: 218). Conseqüentemente aumenta-se os acampamentos (*wãre*), por conta das explorações e das expropriações territoriais praticadas por brancos arrendatários e lideranças kaingang. Essa condição, contudo, não os afastaram de práticas dos antigos, ou que remetem aos antigos, de elementos identitários. Tommasino (2000: 215) afirma que:

Por outro lado, se do ponto de vista da sociedade nacional os índios se inserem como povos dominados, por outro lado, da perspectiva indígena, eles mantiveram parte de seus costumes tradicionais que, somados aos novos padrões introduzidos e/ou inventado após o contato, constituem a cultura dos Kaingang contemporâneos.

Tendo em vista a produção de artesanatos, os elementos estão presentes nas cestarias Kaingang, manifestados por meio dos trançados – correspondentes às metades clônicas *Kamé* e *Kairu* –, podendo ser produzida de cipó ou taquara. Elza detalha a preparação:

[As cestarias] No inverno as taquara não dão pra destalar porque estraga tudo. Leva tempo. A gente tem que buscar, tem que trazer, raspar, destalar, fazer... fazer tampa ainda pras inteira... tem que destalar um monte pra depois fazer já daí...

Sobre os grafismos representados nos artesanatos, Elza continua:

Uma eu sei! Mas aquela ali é tão difícil porque ela pega muita taquara... Aquele lá já pega com aquelas trancinhas redondas... O Pedro sempre faz. Na flecha ele faz as listras bem assim [me demonstrou fazendo ondulações com as mãos]... Aquele eles dizem... É o Kamé que diz, o Kamé. E aquelas redondas é o Kairu.

Elizete complementa:

A flor. Aquele desenho da flor que tem na cestinha também tem na flecha... Que parece com flor, aquele lá é o Kairu. Aí aquela comprida que parece escadinha, assim, que sobe, que sobe, aquele lá é o Kamé. (Diário de campo, inverno de 2018).

Imagem 13: O cesto da Dona Helena



Fonte: Acervo pessoal

Visto não apenas enquanto um modo de sustento, a produção de artesanato é um aprendizado geracional e indiferente de gênero. Porém, a comercialização de artesanato representa, atualmente, uma importante fonte de subsistência entre os grupos indígenas. “Eles também tem que lutar pra comer”, conta Elza.

Dos elementos identitários das famílias Kaingang da Gyró, não apenas o artesanato, como, também, o grupo de dança, organizado por Marcos Salvador, e a língua, fortemente praticada, são expressividades Kaingang que são facilmente percebidas enquanto identitárias.

Quando sentada na casa de Elza, com Elizete e Marciana, em uma tarde pré-feriado de setembro, Elizete conta sobre uma conversa com seu filho. Nessa conversa, as mulheres falavam da importância de manter a sua cultura ao inserir-se nos centros urbanos:

Mas, sabe o que eu digo pro meu piá? Assim, a única coisa que tu não pode perder... Tu pode estudar, tu pode ser um médico, alguma coisa que tu quer, mas tu não pode perder a nossa linguagem. Eu digo pra ele, tu tem que preservar mais é isso... (Diário de campo, inverno de 2018).

Tal qual, a língua e o artesanato são elementos que simbolizam a resistência e reafirmação não apenas para com o não-indígena, sobretudo entre os próprios parentes, firmando alianças (FREITAS, 2005: 398). Fator que mantém presente a eco-lógica e a sociabilidade Kaingang, dando sustentação à movimentação entre territórios e os reaproximam mesmo que, em alguns casos frente à urbanização, da floresta.

O que não desvincula essas pessoas de um receio de descontinuidade das tradições, mas que, ao mesmo tempo, estimula às práticas ensinadas por seus ancestrais. A preocupação que a Elizete demonstra é reflexo da aproximação de diferentes maneiras de se relacionar com o sistema do não-indígena, que os remete aos períodos integracionistas.

Período este que o ideal de 'nação' se constituía em incorporar valores de ordem colonial ao passo em que a singularidade e expressão dos modos de vida, como a língua e a movimentação entre territórios, dos Povos Indígenas eram limitadas em prol do controle e usufruto das terras sendo, os/as indígenas, submetidos ao trabalho escravo. (ALMEIDA, 2010: 73-76).

Contudo, o intuito aqui não é tratar de dicotomias, é ter em mente as influências e consequências dessas aproximações, historicamente registradas e certamente visíveis (MUNDURUKU, 2012; ELOY AMADO, 2017; OLIVEIRA, 1998; TOMMASINO, 1998; AQUINO, 2016; FERNANDES, 1995). Assim como apresentar que são espaços de trocas econômicas como, também, de sociabilidade e de manifestações políticas, pois são espaços que interpelam diferentes grupos sociais com os mais diversos interesses como, por exemplo, a própria visibilidade política, consumo e lazer.

Os pontos das barraquinhas para a venda de artesanatos na cidade tornam-se, assim, um circuito para as trocas artesanais dos Kaingang e, talvez, não tão inconsciente, os pontos de exposição escolhidos refletem, também, manifestos políticos. Traçarei no quadro abaixo os pontos mais "fixos" de suas comercializações:

Imagem 14: Pontos de vendas artesanais



Fonte: Bing Maps, out. 2016.

Os pontos acabam por ser estratégicos, pois além de uma grande circulação de pessoas, estão no entorno de locais com protagonismo político na cidade de Pelotas, como ao redor da Praça Coronel Pedro Osório, do Mercado Público Central, em frente da Prefeitura, no calçadão da cidade (onde ocorrem diversas manifestações sociais).

Assim, fazem-se visíveis suas produções, estreitam laços sociais e alianças onde, além da comercialização, outros meios de auxílio, mobilizações e trocas são passíveis de ocorrer como, por exemplo, doações de alimentos, como o peixe de seis quilos que Dona Helena recebe de um restaurante do Mercado Central, toda vez que ela vai e tem como carregar. Pois, nem sempre há braços para carregar quando seus cestos retornam junto à ela para a Gyró.

Já no interior da Gyró, é comum ver as produções dos artesanatos dar-se na extensão do terreno, o pátio. Para além, o espaço é ocupado enquanto um meio de

sociabilidade da comunidade, como Elza comenta após a mudança de local de sua morada, do lado do arroio para junto às demais casas:

Mas eu to sempre lá pra baixo, sempre to lá. Choveu bastante, eu tinha que escapa lá embaixo pra nós trabalhar lá, por causa da lona. Na lona é melhor, né, debaixo da lona pra trabalhar [...]

A produção de artesanatos não se dá exclusivamente na aldeia, mas, também, na cidade, quando expõem suas produções e aproveitam para produzir um tanto a mais. Esses diferentes espaços de circulação correspondem e ressignificam-se a partir da eco-lógica Kaingang.

A indissociabilidade entre a cidade e a aldeia dá-se em momentos de “liberdade” da maneira de se viver, como Elizete Salvador narrou ao longo de nosso encontro na Gyró. Liberdade ainda que relativa, uma vez que, são espaços limitados. (TOMMASINO, 2000: 221).

Noutros momentos, uma é extensão da outra, coexistem e, de diferentes formas, são necessárias para a manutenção da vida cotidiana, ou como a analogia de Freitas (2005: 401) aos índios da tradição (*kaingang-pé*), guerreiros e caçadores, encontrando cipó no concreto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vejo este Trabalho de Conclusão de Curso como fragmentos de um todo complexo. Assim, as perspectivas aqui descritas, são reflexões que remetem aos movimentos de territorialização dos Kaingang da Gyró.

Tendo em conta que a memória de seus antepassados como a de cacique *Nonohay*, de cacique Condá, dos Charrua, dos Guarani e dos negros/as escravizados/as estão vivas nos passos percorridos, nos cipós trançados, nas narrativas contadas, atualizando não somente sua história, mas, principalmente, a da cidade onde hoje vivem. A presença Kaingang pela Gyró em Pelotas, nos faz buscar as raízes da própria terra que pisamos, trazendo à luz o que foi trabalhado historicamente para o esquecimento.

Expandido o olhar para as sutilezas das configurações dos espaços da cidade, se tem a presença indígena enquanto onipresente, ao passo em que a terra ainda é disputada e ainda explicita fronteiras. Mesmo em constante movimento

entre a Gyró e o centro urbano, o que os Kaingang nos mostram é como viver entre esses espaços, se fortalecendo com a memória de seus antigos, sem deixar de ser quem eles são.

Assim, o Capítulo I correspondeu ao trajeto percorrido pelos Kaingang da Gyró em torno da Lagoa dos Patos, desde os tempos *vãsy*, por *Nonohay* e seu coletivo. Buscou-se discutir as narrativas dos indígenas, junto aos elementos complementares às visões e aos sonhos, que indicavam o seu caminhar até a região Sul do Rio Grande do Sul.

Compartilhando os tempos *vãsy*, *gufã* e *üri* concomitantemente ao sonho e ao espaço, há o esforço de entender como os Kaingang têm re-ocupado, reconhecido, se reconhecido, ressignificado o território colonizado e, a partir disso, como eles estão se fortalecendo e tecendo redes de apoio para a manutenção desse território.

No Capítulo II procurei descrever a Gyró e parte do universo Kaingang que ali se desdobra e simboliza sua resistência, bem como as reivindicações sociopolíticas expressas por meio das produções de artesanato, da prática da língua e da memória oral que os/as indígenas transmitem de geração a geração.

Dentro e fora da Gyró, o que se tem acompanhando, é o desenrolar das suas demandas que correspondem, principalmente, à ampliação da área para elas destinada. Pela via de projetos que têm sido amadurecidos, os/as Kaingang têm reivindicado, por exemplo, a implementação de uma Casa Cultural, um Museu Indígena e uma Escola Indígena Bilíngüe. Essa última com maior urgência, devido o número de crianças e adultos interessados/as em estudar. Tal demanda já resultou na reserva de uma das casas da Gyró destinada, provisoriamente, para as aulas a serem ministradas por um/a professor/a bilíngüe kaingang.

No mais, o sonho que os guiaram tem sido vivenciado de passo em passo, lutando pela terra “pra todos nós, pra toda a comunidade”, conforme palavras de Elza. (set., 2018). E, pelas cestarias, que ao decorrer do trabalho fiz analogia dos espaços na dinâmica Kaingang, correspondem ao traçar da história e da presença dos mesmos em Pelotas.

“Hoje nós estamos aqui”, como diz Pedro e estando aqui para ficar é como encerro esse TCC, buscando ampliar os horizontes dessa pesquisa pela história da Gyró de barro na Pelota(s) de couro e açúcar, bem como os Kaingang buscam

territórios de ocupação tradicional e áreas de “passe” relembrando a história de seus ancestrais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Política de aldeamentos e colonização. IN: **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. 168p.

AL-ALAM, C.C.; AVILA, C.S.; SILVA, F. O. Africano e Afrodescendentes em Pelotas: Experiências de Sociabilidade e de Afirmação Política. IN: Rubira, Luis (Org.). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. Projeto LIC: Gaia Cultura & Arte. V,3: Economia. Educação e Turismo. Textos de Pesquisadores e Imagens da Cidade. - Pelotas/RS: PRÓ-CULTURA - RS. Editora João Eduardo Keiber ME, 2014. 640 p.

AQUINO, Alexandre Magno. Narrativas da Territorialidade Ancestral entre os Kaingang: incorporações espaçotemporais em uma perspectiva etnoarqueológica. **Revista de Antropologia da UFSCar**, 8 (2), jul./dez. 2016, p. 87-110.

AQUINO, Alexandre Magno. Ritual e Xamanismo entre os Kaingang: O Tempo e a Sociocosmologia dos Espaços Rituais. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, jan./jun. 2014, p. 109-134.

ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. Pelotas: **Escravidão e Charqueadas: 1780-1888**. Porto Alegre, 1995.

AVILA, Carla Silva de. **A princesa Batuqueira: Etnografia sobre a interface entre o movimento negro e as religiões de matriz africana na cidade de Pelotas/RS**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ciências Sociais de Pelotas. 2011. 190 f.

BRASIL. Decreto n, 5.932, de 30 de jul. de 2016. **IPI incidente sobre os produtos que menciona**, Pelotas, RS, jul. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

CARNEIRO, Maria José. "Rural" como categoria de pensamento. **Ruris**, v. 2, n. 1, 2008. p. 9-38.

CARVALHO, Josué. **Intertextualidade etnográfica: desafios na escrita etnográfica na auto representação indígena**. 2014.

ECKERT, C; ROCHA, A. L. C. Etnografia: saberes e práticas. In: Pinto, C.R. J., GUAZELLI, C. A. B. (Orgs) Ciências Humanas. **Pesquisa e Método**. Ed. UFRGS, Porto Alegre, 2008.

ELOY AMADO, L.H. Terra indígena e legislação indigenista no Brasil. Cadernos de **Estudos Culturais**, v. 7, n. 15. Campo Grande - MS, abr., 2015, pp. 65-84.

FERNANDES, Ricardo Cid. “Notícia sobre os processos de retomada de Terras Indígenas Kaingang em Santa Catarina”. **Revista de Antropologia - UFPR**. Campos 4:195-202, 2003.

FERNANDES, R. C.; PIOVEZANA, L. Perspectivas Kaingang sobre o Direito Territorial e Ambiental no Sul do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, vol. XVIII, n.2. Campinas - SP, abr./jun., 2015, pp.115-132.

FIGUEROA, Isabela. A Terra Kaingang e o Caminho de Volta para os Pelotenses. **IX Encontro Internacional do COPENDI Quito - Equador: Plurinacionalidade e Interculturalidade** [recurso eletrônico on-line]. Organização: CONPEDI/ UASB. Coordenadores: Adriana Victoria Rodríguez Caguana; Rubens Beçak; Eduardo Gonçalves Rocha. – Florianópolis: CONPEDI, 2018.

FREITAS, Ana Elisa de Castro. Mrûr Jykre — **A Cultura do Cipó: territorialidades kaingang na margem leste do Lago Guaíba, Porto Alegre, RS**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (Tese de Doutorado). Porto Alegre, 2005.

GLOWCZEWSKI, Barbara. **Devires totêmicos: cosmopolítica do sonho**. Tradução: Jamille Pinheiro e Abrahão de Oliveira Santos. São Paulo: n-1 edições, 2015. 352 p. Edição bilíngue.

LÉVI-STRAUSS, Claude. As Organizações Dualistas Existem? In: **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967, p. 155-192.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHAES, Mario Osorio. **Dicionário de História de Pelotas**. 3. ed. Pelotas: Editora UFPel, 2017. 295 p.

MILHEIRA, R. **Relatório de pesquisa do projeto Arqueologia e História Indígena do Pampa: Estudo das Populações Pré-Coloniais na Bacia Hidrográfica da Laguna dos Patos e Lagoa Mirim**. Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. V. VIII, nº15/16. Pelotas, RS: Editora da UFPEL, 2011.

MILHEIRA, R. Pelotas: 2500 Anos de História Indígena. IN: Rubira, Luis (Org.). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. Projeto LIC: Gaia Cultura & Arte. V,3: Economia. Educação e Turismo. Textos de Pesquisadores e Imagens da Cidade. - Pelotas/RS: PRÓ-CULTURA - RS. Editora João Eduardo Keiber ME, 2014. 640 p.

MUNDURUKU, Daniel. “Posso ser quem você é sem deixar de ser o que sou”: A gênese do movimento indígena brasileiro. In: LUCIANO, Gersem José dos Santos, HOFFMANN, Maria Barroso, OLIVEIRA, Jô Cardoso de. **Olhares Indígenas Contemporâneos II**. Brasília: Centro Indígena de Estudos e Pesquisas-CINEP, 2012, p. 104-119.

NIMUENDAJÚ, Curt. In: GONÇALVES, Marco Antônio (Org.). **Etnografia e Indigenismo** Campinas: Editora Unicamp, 1993.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, Apr. 1998.

OLIVEIRA, R. C. O. Olhar, ouvir, escrever. In: **O trabalho do antropólogo. Paralelo 15**, Ed. UNESP, 2006.

ROSA, Rogério Reus Gonçalves da Rosa. **A Temporalidade Kaingang na Espiritualidade do Combate**. Porto Alegre: PPGAS – UFRG (Dissertação De Mestrado), 1998.

ROSA, Rogério Reus Gonçalves da Rosa. **Lenda e Mito do Cacique Nonohay: guerra e vingança kaingang no fio do tempo**. In: GOLIN, Tau (ORG.) História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo, Méritos, no prelo. 2009.

SMANIOTTO, Elaine. **Relações de gênero entre populações indígenas nômades do Chaco - século XVIII**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003. 177 p.

TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingáng da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento**. 1995. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

TOMMASINO, Kimiye et al. (1998). **Os Kaingang de Chapecó. Alteridade, historicidade, territorialidade. Relatório de Identificação das famílias kaingang residentes na cidade de Chapecó**. Chapecó: FUNAI.

TOMMASINO, Kimiye. MOTA, Lúcio Tadeu. NOELLI, Francisco S. **Uri e Wãxi**. Londrina: Editora da UEL, 2000.

TOMMASINO, Kimiye. Os Povos Indígenas no Sul do Brasil e suas relações interétnicas. **Cadernos Ceru**, vol.2, n.13, 2002, pp. 37-46.

TOMMASINO, K. Reflexões sobre a territorialidade Kaingang e a importância da intertrans-disciplinaridade. **R. Museu Arq. Etn.**, 27: 121-134, 2016.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

Anexos

Anexo A: Documento Câmara de Vereadores, fev.,2018

*Desde 500 anos atrás os índios na nossa nação já vêm sofrendo com essa dificuldade. Agora chegou o momento do povo e da justiça olharem para nós**

As 16 famílias que se encontram na cidade de Pelotas atualmente chegaram em novembro, vindos da aldeia Kondá, em Chapecó (SC). Devido às dificuldades encontradas nessa localidade - que envolvem desde as manifestações públicas do Estado de Santa Catarina em posicionar-se contra demarcação de terras, o preconceito da população local contra a comunidade e a dificuldade de comercialização do artesanato - decidiram permanecer em Pelotas, município que já era rota de comercialização de seu artesanato há algumas décadas.

No entanto, aqui também vêm enfrentando diversos problemas. Apesar de contarem com ajuda pontual da comunidade pelotense com doações de alimentos, produtos de higiene, água, lona, entre outros itens, a situação segue precária. O local onde estão instalados, em frente à rodoviária, nas margens de uma rodovia (BR) muito movimentada, apresenta insegurança e falta de estrutura básica para as famílias. Ali não têm água para beber e para a higiene, tendo que atravessar a faixa constantemente para buscá-la e para utilizar o banheiro na rodoviária. Tentamos contato com algumas autoridades da Prefeitura de Pelotas, que informaram não poder fazer nada para sanar a questão emergencial da água. Quanto ao estudo, outro ponto fundamental para a tribo Kaingang, apenas duas crianças estão já com vagas na escola. O restante delas e dos jovens ainda não conseguiram as vagas e esperam o auxílio do município para terem acesso à educação.

As barracas onde estão, confeccionadas pelas/os próprios/as Kaingang, são estruturas simples e cobertas com lonas, que devem ser trocadas constantemente devido às danificações causadas por fenômenos climáticos, como o vento e a chuva. Nesta época de verão, o local do acampamento é muito quente. No inverno, caso continuem lá, a situação tende a piorar, devido ao volume grande de chuva e ao frio intenso. Assim, a comunidade Kaingang clama a urgência de um novo terreno para viverem com dignidade.

Demanda

Conforme explicam os Kaingang, é necessário que a comunidade pelotense e o poder público olhe para eles agora, dando condições de vida digna a essas famílias - respeitando e protegendo, também, a especificidade social e cultural destes povos. As 16 famílias, que totalizam cerca de 50 pessoas, solicitam, em primeiro lugar, que as diversas instâncias esfera pública **dialoguem e reconheçam** que eles estão aqui para ficar. Segundo, e sabendo da existência de áreas ociosas e que não atendem ao fim social da terra, pedem um **terreno** onde tenham condições de lutar pela sua **subsistência**, com o **plantio** e o **artesanato**, os quais, além de serem meios de sustentabilidade, também conformam costumes de preservação culturais e educativos.

Frisa-se também a estreita relação entre o meio ambiente e artesanato, isso porque com a garantia de um solo próprio, os Kaingang têm maior possibilidade de desenvolver as práticas artesanais e, assim, preservam a tradição do ensino de geração para geração das técnicas

manuais. A questão do terreno não envolve apenas o pedaço de terra, mas o que farão com o chão e de que forma se relacionarão com ele, tendo o anseio de preservar o meio ambiente em que estão inseridos e, assim, fazer nascer árvores, alimentos e ervas saudáveis que não interfiram de forma negativa em seu organismo e que possam, também, servir de remédios para as enfermidades.

São pontos necessários para compreender a demanda:

- 1) A necessidade de terra que apontam a comunidade Kaingang em Pelotas (RS) não é uma necessidade nova e/ou pontual, mas decorre do contexto de saque de terras de todas etnias indígenas no Brasil desde que o país foi colonizado pelos europeus e da ausência de uma legislação sólida que reconheça os índios como cidadãos e como um grupo étnico. Assim, a situação Kaingang no município encontra-se atrelada ao histórico de violência que o povo originário sofreu e segue sofrendo até os dias de hoje, agravada pela morosidade dos órgãos públicos para a demarcação de terras e a negligência quanto a esta questão. Os danos causados ao longo da história dos povos originários envolvem, além da remoção dos indígenas de suas terras e o confinamento desses em áreas cada vez mais apertadas, a dominação cultural. Não sem resistência os índios viram, e ainda vêem, seu chão encolher e, assim, a manutenção de suas práticas culturais serem cada vez mais impossibilitadas.
- 2) O contexto atual também aponta para o acirramento de ataques aos direitos indígenas e de outras minorias. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, por exemplo, apresentada em 2000 pelo então deputado federal Amir Moraes de Sá (PR-RR), propõe que o processo de demarcação de terra indígena e quilombola não sejam mais de competência exclusiva do Executivo, passando este trâmite também às mãos do Congresso. O texto substitutivo, apresentado pelo deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) em 2014, também impede que as terras indígenas já demarcadas sejam ampliadas. A proposta tem amplo apoio da bancada ruralista no Congresso, a qual, com apoio do presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), conseguiu aprová-la na Comissão Especial da casa. A PEC 215, ainda, define a data da promulgação da Constituição, 5 de outubro de 1988, como o marco para definir o que são terras indígenas e quilombolas, não levando em conta os processos de conflitos (muitos deles ocorridos durante a ditadura e resultantes da expansão do agronegócio) que ocasionaram no deslocamento destes grupos para outras áreas que não as tradicionalmente ocupadas por eles. Após a aprovação na Comissão Especial, a PEC 215 deve ser apreciada pela Câmara e Senado Federal no ano de 2016.
- 3) No Brasil, a questão fundiária tem sido alvo de grandes discussões e conflitos, isso porque a terra tem sido utilizada como forma de acúmulo de poder por determinados grupos, desde as elites coloniais até a elite político-econômica contemporânea.

A concentração de terras nas mãos dos latifundiários, mineradoras e grandes

empreiteiras, por exemplo, também expõe outro problema grave: a ausência de atuação das diversas instâncias do poder público para a garantia do uso social da terra e da conservação dos recursos naturais que nela existem. A presença de grupos ruralistas no Congresso e a escolha do governo Dilma Roussef pelo nome de Kátia Abreu, ligada ao agronegócio, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, também denuncia uma política de descaso às comunidades tradicionais brasileiras.

- 4) Os grupos indígenas possuem uma relação diferente com a terra pois, para eles, o solo não é um meio de aferir lucros. Nos grupos Kaingang, a terra tem o fim de cultivo de gêneros alimentícios para consumo próprio e, além disso, é nela que ocorrem as práticas socioculturais e linguísticas. Por isso, reivindicar terra também é reivindicar o direito à manutenção da identidade.

A comunidade Kaingang de Pelotas, certa da atenção da comunidade pelotense, da Prefeitura, da Câmara de Vereadores, Promotoria, Ministério Público e outras instâncias do poder público, agradecem a sensibilidade e presença de todos nesta noite e deixam seu recado, através do cacique Pedro Salvador Oretã e seu irmão, Alcir Salvador Kafã:

Chegou a vez do município e do Estado se preocuparem com a gente. Nós queremos que agora eles ajudem nós. Pelos nossos filhos, por todas nossas dificuldades. Queremos que eles possam ajudar nós. Eles têm o compromisso de ajudar nós. (...) O que eu tô sentindo mais é ter um lugar melhor. O meu sentido maior é pelos meus filhos e pelos meus netos, que eles possam viver melhor, numa terra melhor. Que possa ter uma água boa pra eles. E tentar manter eles estudando e também cuidando e plantando alguma coisa, um aipim um milho, uma batata, tudo isso que a gente come a gente pode plantar nessa terra indígena. O meu coração é mais pela terra, para colocar uma aldeia que vai servir pra nós, pros nossos filhos, netos, bisnetos. Porque a gente vai tendo idade, a gente vai acabando e eles ficam. Que eles possam manter seu lugar fixo pra criar seus filhos naquela terra que nós conquistamos juntos com vocês, com uma parceria. Que eles possam sentir isso pelos filhos deles também. E também pelos nossos velhos. Que eles possam lembrar ainda de nosso trabalho (...) em busca de uma terra melhor, pra ter mais saúde, uma vivência melhor, estudo, porque hoje sem estudo a gente não consegue mais nada.

(...) Tá na hora de eles se preocuparem por nós, pelos nossos sentidos. Não é porque nós somos desconhecidos. Agora tá na hora de eles conhecerem como os índios Kaingang podem produzir, manter nossa cultura, nosso trabalho. Nós não ganhamos nada do governo. Nosso pão de cada dia é o artesanato. Se não fosse nosso pai, mãe, avós, nós não tinha nada. Onde nós estaria se não fosse eles? Nós tava que nem assim, nas ruas, dormindo nas ruas, pedindo. Hoje, através do pai, mãe, avós, do que ensinaram, hoje graças a deus nós estamos comendo. Nós fica preocupado é pela terra maior, onde nós vamos ter mais recurso e mais estudo pros nossos filhos. Vamos ter uma casa boa, não embaixo dessas barracas. Saúde... eu tenho me

preocupado muito por conta das doença de rato, mosquito. Então nós precisa de uma casa melhor pra colocar nossos filhos, cuidar da saúde. Eu tenho 53 anos... eu posso cansar.. tenho minha mãe que hoje está forte com 94 anos.. já tá chegando... mas eu quero colocar essa minha mãe dentro de uma terra. (Pedro Salvador Oretã)

Eu tenho da maior certeza que onde as nações indígenas colocam o pé, já estamos na nossa terra, já está na aldeia, já está no país dele. Nós temos o direito de exigir e procurar nosso direito e manter a nossa cultura. A gente achou alguns pés de ervas por aí [nos arredores da rodoviária], mas hoje elas estão contaminadas. Hoje a erva não tem mais pra fazer um chá e tudo mais. Nós queremos ser melhor atendidas então. No passado nossas mulheres ganhavam os nossos filhos dentro da oca, dentro da cabana. Hoje é tudo difícil. Hoje também o vento vem mais forte, dá muito tipo de problema pro nosso organismo, pros nossos filhos. Não é só o [conseguir um] chão. Hoje o povo tem a preocupação maior do chão, mas não é só o chão. O vento vem e traz qualquer problema pros nossos filhos. Hoje não dá pros nossos filhos andarem pelados porque esse vento bate neles e já essas doenças. Então o Estado tem que ter compromisso com a gente. E mais o município nesse momento, que ele se imponha nesse momento inicial. Queremos ganhar o pão de cada dia, mas que a gente tenha lugar pra poder plantar uma rama de aipim, uma muda de batata doce. Nós não queremos botar na terra uma semente com química, nós vamos formar uma planta sadia, uma planta já combinando com a cultura indígena. Numa época nós comíamos raízes da árvore, minhas mães cavocavam raízes. É uma preocupação: que quando a gente tenha uma terra maior, que as árvores que dão frutas... que nossos filhos possam conhecer as frutas. A gente vê que ali na beira do asfalto, no mato, umas fruta que antes daria pra família inteira e hoje são minguadas, sem suco.

(...) É uma dificuldade muito grande, uma barreira muito grande que a gente tem tido por essas partes. Pra justiça nós não existimos. Se a justiça reconhecesse nós... hoje alguém da justiça poderia perguntar pra nós o que a gente sente, o que a gente faz no momento, mas... ainda que tenha algumas pessoas trabalhando e conversando com a gente, a justiça própria poderia reconhecer a nossa situação... Então nossa luta é essa. (Alcir Salvador Kafã)

Textos consultados:

- Natureza e territorialidade: um estudo sobre as Kaingang das terras indígenas linha glória/estrela, por figa/são Leopoldo e foxá/lajeado, de Em eli Lape.
- Vitor Kaingang presente! Carta à sociedade Brasileira, documento do CIMI.
- Cartilha PEC 215, Ameaça aos Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas e Meio Ambiente (2ª edição, atualizada), documento do CIMI.

*Frase dita por Pedro Salvador Kafã dois dias antes da audiência pública.